



Universidade Eduardo Mondlane

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de administração pública e ciência política

Curso de licenciatura em Ciência Política

**Violência eleitoral em Moçambique: um estudo sobre as eleições
autárquicas de 2013**

Isac Sansão Nuvunga

Supervisor: Professor Doutor Sérgio Chichava

Maputo, Agosto de 2015

Violência eleitoral em Moçambique: um estudo sobre as eleições autárquicas de 2013

Monografia apresentada ao Departamento de Administração Pública e Ciência Política da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), em cumprimento dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em Ciências Políticas.

Júri

Presidente

Supervisor

Oponente

Maputo, Agosto de 2015

Índice

Índice de gráficos e Tabelas	V
Declaração de Honra	VI
Epigrafe	VII
Dedicatória	VIII
Agradecimentos.....	IX
Abreviaturas	X
Resumo.....	XI
Primeira parte	1
1. Introdução	1
2. Justificativa e delimitação do tema	3
3. Objectivos	4
1. Geral.....	4
2. Específicos	4
4. Antecedentes históricos e problema de pesquisa	4
5. Hipóteses	7
6. Definição de conceitos	8
7. Explicando a variável violência eleitoral	11
8. Metodologia	12
9. Quadro teórico.....	13
10. Quadro legal e institucional das eleições autárquicas em Moçambique	16
Segunda Parte.....	18
11. Partidos políticos enquanto protagonistas da violência eleitoral.....	18
12. Órgãos de administração eleitoral	24
13. As forças de Lei e Ordem e de Segurança.....	24
Terceira parte	27
14. Sobre Legislação e o recenseamento eleitoral para as eleições autárquicas de 2013.....	27
15. Sobre a campanha eleitoral	29
16. Votação e apuramento dos resultados	34
17. Violência pós-eleitoral	37
18. Considerações finais.....	40

19.	Referências	42
20.	Legislação	47
	Anexo 1: guião de entrevista1	49
	Anexo 2: guião de entrevista2	50
	Anexo 3: perfil dos entrevistados	51

Índice de gráficos e Tabelas

Gráfico 1: violência eleitoral por partido político.....	20
Tabela 1: Variação da composição da CNE entre 1994-2013.....	21
Gráfico 2: Níveis de violência eleitoral por província	34
Gráfico 3: delegados detidos por partido político	36
Tabela 2: níveis de violência por município	39

Declaração de Honra

Declaro por minha honra que este trabalho de fim de curso é da minha autoria e nunca foi apresentado para obtenção de qualquer grau académico e que é fruto da minha investigação pessoal, estando indicadas todas fontes consultadas para sua materialização.

Isac Sansão Nuvunga

Maputo, Agosto de 2015

Epigrafe

O uso da violência é um sintoma essencial do fracasso da institucionalização das eleições como mecanismo para os políticos acederem ao poder político. (Nuvunga, 2009)

Dedicatória

Aos meus pais Sansão (Samussone) e Virgínia;
Aos meus irmãos Paulo, Nelson, Anselmo,
Artimiza (Pombinha), Olívia, Hélder (Quippaz) e France;
Minha sobrinha Clara e a Zaida Manhiça.

Agradecimentos

A concretização deste trabalho resulta de uma partilha de experiências e de vivências, pela disponibilidade e cooperação de todos os que me rodeiam. Assim, gostaria de expressar o meu agradecimento a todos que contribuíram de forma activa para a execução deste trabalho em particular ao professor Doutor Luís de Brito pelo incentivo.

Ao Professor Doutor Sérgio Chichava, supervisor deste trabalho, endereço o meu profundo reconhecimento e agradecimento pela amizade, motivação, orientação e permanente disponibilidade para discutir o trabalho. A sua orientação metodológica, crítica oportuna e construtiva, constituíram um grande incentivo no desenrolar deste trabalho. Ao Professor Jaime Guiliche, que co supervisionou o trabalho, vai o meu obrigado, não só pela constante preocupação, bem como, pelas palavras amigas e sábios conselhos, nos momentos mais difíceis deste percurso.

Chegar a esta parte final do curso foi graças ao esforço conjunto dos meus docentes que se doaram para transmitir o conhecimento científico e o B a BA da ciência política. A minha família pela constante preocupação e carinho, apoio e compreensão, muito obrigado, o mesmo para com Abílio Matimele Celso Cumbe e Elton Moçambique, grandes amigos.

Tenho a agradecer igualmente a toda "comunidade imaginada", que deu-me força e suporte desde o início ate o término da jornada, nomeadamente Sérgio Chissano, Gonçalves Fundice, João Tembe, ao pai da Yuna (António Magaia), Evaristo Jamisse (brada Jay), Edilson Zandamela - meu mestre (o fantoche), Ilídio Chirime, Emília Nhaza, Eduardo Mateus, Ernesto da Silva e Elton Chicocha. Agradeço pela cumplicidade e amizade, vocês são a minha estrutura.

Obrigado Vanda Namunaua pela amizade e liderança. A CP – 2011 no geral o meu muito obrigado em particular ao Fernando Inácio, Lázaro Mabunda, Lissungo Mazula, Ernesto Chirindzi, Benedito Tovela, Celso Siteo, Bonga Merace, Ema Aristides, Joaquina Namachulua e Josefina Nicola. A todos vocês, “**NA MBONGA**”

Abreviaturas

ASSEMONA – Associação para Educação Moral e Cívica na Exploração dos Recursos Naturais

AGP – Acordo Geral de Paz

Awepa – Association of European Parliamentarians with Africa

CC – Conselho Constitucional

CIP – Centro de Integridade Pública

CNE – Comissão Nacional de Eleições

EISA – Electoral Institute of Southern Africa / Instituto Eleitoral da África Austral

EPC – Escola Primária Completa

EN1 – Estrada Nacional 1

FIR – Força de Intervenção Rápida

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

MDM – Movimento Democrático de Moçambique

OGE – Órgãos de Gestão Eleitoral

PAHUMO – Partido Humanitário de Moçambique

PDD – Partido para Democracia e Desenvolvimento

PRM – Polícia da República de Moçambique

PROL - Programa de Reforma dos Órgãos Locais

RENAMO – Resistência Nacional de Moçambique

RENAMO-UE - Resistência Nacional de Moçambique – União Eleitoral

STAE – Secretariado Técnico de Administração Eleitoral

Resumo

O presente estudo faz uma análise da violência eleitoral em Moçambique, tendo como base as eleições autárquicas de 2013.

A tese que se levanta, é de que o partido no poder pela facilidade que tem de manipular a máquina administrativa estatal, uma vez que detém os recursos coercivos do Estado, é o maior protagonista da violência eleitoral sob olhar cúmplice dos órgãos da administração eleitoral e que a polícia tem sido o braço armado da Frelimo na intimidação e detenção de membros e simpatizantes de partidos políticos da oposição.

O estudo procura analisar violência eleitoral nas eleições autárquicas de 2013 nas diferentes fases do processo, onde verificou-se que o potencial de violência foi maior devido a três aspectos a ter em conta: primeiro, o espectro de guerra em que se realizaram as eleições, segundo a crescente desconfiança da actuação dos órgãos de administração eleitoral e por ultimo, o facto de a Frelimo ter encarado o MDM como uma ameaça a sua hegemonia depois de perder o município de Quelimane nas intercalares de 2011.

Palavras-chaves: violência eleitoral, partidos políticos, polícia e órgãos de gestão eleitoral

Primeira parte

1. Introdução

As primeiras eleições multipartidárias realizadas na maioria dos países africanos, tiveram dois significados, por um lado o fim da guerra civil e por outro, o marco do processo de democratização (Braton e Van de Walle, 1997). Foi nesse contexto que realizam-se as primeiras eleições multipartidárias em Moçambique em 1994.

As eleições são vistas por um lado como um dos pilares da democracia, podendo solucionar conflitos pela distribuição de poderes políticos, por outro lado, podem gerar conflitos pela não-aceitação dessa distribuição de poderes (Kotzé, 2002), a esses conflitos gerados em reacção a actos eleitorais são designados por violência eleitoral.

Historicamente, Moçambique não regista cenários generalizados de violência eleitoral, contudo, apresenta alguns focos de maior incidência com excepção para as eleições de 1999 que tenderam a criar situações generalizadas de violência. Nestas eleições, os dois principais partidos políticos (Frelimo e Renamo-UE), declaravam-se vencedores, tendo a Renamo desencadeado manifestações que culminariam com várias detenções e mortes, a destacar o distrito de Motepuez onde segundo Cahen (2000), cerca de 83 pessoas morreram numa cela devido a sede, fome, asfixia e cansaço depois de passarem três a nove dias sem comida nem água.

Neste quadro, importa sublinhar que com excepção de Montepuez, os locais de maior incidência de violência eleitoral são a região centro-norte do país que compreende as províncias de Sofala, Zambézia, Manica e Nampula tidas como terrenos hostis à Frelimo (Chichava, 2008) e a província de Gaza no sul do país.

Vários estudos (Cahen, 2000;Gloor, 2005; Nuvunga, 2008 e Toyoda, 2012), estabelecem uma estreita relação entre a violência eleitoral e o controlo excessivo da máquina administrativa do Estado pelo partido no poder – Frelimo, como um dos factores de violência eleitoral. Aliado a existência de um sentimento de que os recursos

do Estado têm sido distribuídos de forma desigual, tornando, por exemplo, os recursos naturais como uma autêntica armadilha para a manutenção da estabilidade, (Collier 2010). Ademais, a inoperância das instituições, instabilidade da legislação eleitoral e a crescente desconfiança dos órgãos de gestão eleitoral são igualmente factores conducentes a violência eleitoral (De Brito, 2011a)

Com isso, pretende-se analisar neste trabalho, a violência eleitoral em Moçambique com base nas eleições autárquicas de 2013. Para tal, far-se-á o mapeamento dos principais focos de conflito, sem descurar os principais factores conducentes a violência eleitoral.

O trabalho encontra-se dividido em três partes. A primeira parte compreende os instrumentos metodológicos e teóricos que dão corpo ao trabalho, bem como a definição dos principais conceitos e a revisão da literatura, onde se apresenta e se discute o conceito violência política e eleitoral, estabelecendo a diferença entre os dois tipos de violência e o período em que cada decorre. Discute-se igualmente o conceito de eleições competitivas.

A segunda parte procura analisar a forma em que os participantes do processo eleitoral podem influenciar ou não a ocorrência da violência eleitoral: trata-se dos partidos políticos, órgãos de administração eleitoral e a forças de lei e ordem, apresentando evidências e dados estatísticos em tabelas que ilustram a participação desses actores em situações de violência. Por último, a terceira parte, compreende a análise dos dados de pesquisa nas diferentes fases do processo eleitoral que compreendem a formulação das regras do jogo eleitoral, da campanha, do dia de votação e da situação pós-eleitoral e por fim serão apresentadas as considerações finais do trabalho.

2. Justificativa e delimitação do tema

O estudo sobre a violência eleitoral afigura-se importante pelo facto de ser um fenómeno recorrente em Moçambique e com tendência a aumentar.

Entretanto, apesar de ser um tema extremamente relevante, tem sido pouco explorado, tendo a maioria dos estudos sobre o comportamento político se concentrado no voto, ou seja, nos factores que levam a que os cidadãos votem neste ou naquele partido ou se abstenham. O estudo procura alertar sobre os principais factores que podem levar à violência eleitoral, bem como identificar os principais protagonistas e suas motivações. Procura igualmente contribuir para o desenvolvimento de estudos em torno do assunto.

A escolha das eleições autárquicas de 2013 deve-se ao facto de se ter constatado o aumento de casos de violência eleitoral em comparação com as eleições autárquicas de 1998, 2003 e 2008. A extensão temporal do estudo, seis meses antes da votação e três meses depois justifica-se pelo enquadramento da definição de violência eleitoral em uso neste trabalho, que refere-se a actos de intimidação ou coerção física ligados ao processo eleitoral, seis meses antes da votação e três meses depois.

O fenómeno de violência eleitoral pode ser analisado tendo em conta os seus protagonistas, causas e pelos estágios em que ela ocorre designados por Pré, durante e pós-eleitoral. Neste estudo, analisa-se a violência nos três estágios acima mencionados e procura-se entender como os partidos políticos, os órgãos de administração eleitoral e a polícia se posicionam perante a violência eleitoral.

3. Objectivos

1. Geral

- Analisar o fenómeno violência eleitoral e a forma como as instituições estatais e não estatais contribuíram para o seu recrudescimento nas eleições autárquicas de 2013.

2. Específicos

- Identificar os factores que levam a violência eleitoral em Moçambique;
- Avaliar o papel dos partidos políticos na instigação ou mitigação da violência eleitoral;
- Avaliar a influência da CNE, STAE e da polícia na instigação e prevenção da violência eleitoral.

4. Antecedentes históricos e problema de pesquisa

Desde as primeiras eleições multipartidárias de 1994, inseridas no âmbito das reformas económicas e políticas dos finais dos anos 1980, e consagradas na constituição de 1990, têm-se registado cenários de tensão política e até mesmo de violência nos processos eleitorais em Moçambique em particular a partir das eleições gerais de 1999 (Pereira e Nhanala, 2014). De acordo com Cahen (2000), em reacção aos resultados eleitorais de 1999, houve manifestações de apoiantes da Renamo que não aceitavam os resultados, tendo resultado em vários detidos e mortes.

De referir que as eleições de 1999 são as que até então foram documentadas como tendo apresentado maiores níveis de violência eleitoral a nível nacional (Gloor, 2005; De Brito, 2013). Devido a tensão das eleições de 1999, as eleições autárquicas de 2003 e as gerais de 2004, foram caracterizadas por grande tensão política, o que levou a realização

de varias conferências e rondas de diálogo com os principais actores do processo que contou com o envolvimento do EISA, da Carter Center e do Observatório Eleitoral (Gloor, 2005).

Já as autárquicas de 2008, foram precedidas por uma fase conturbada de formulação da legislação, recorde-se que foi necessário a intervenção da força de Intervenção Rápida na Assembleia República, para acalmar os ânimos da Bancada Parlamentar da Renamo que entre gritos e apitos tentava inviabilizar o processo de aprovação da legislação. Segundo António Muchanga¹, “*a Lei foi aprovada a ferro e fogo*” informação confirmada pelo deputado da Frelimo Alfredo Gamito².

Já o decurso do processo, embora com uma campanha pacífica no geral, casos de violência e detenção de membros da oposição foram registados com maior incidência em Beira, Tete e Gurué (Nuvunga, 2009). Há que destacar nesse processo o uso de jovens para inviabilizar a campanha eleitoral de outros partidos, os chamados “grupos de choque” em quase todo o país (A Verdade, 2009).

O clima de agitação que marcou as eleições autárquicas fez-se sentir nas eleições gerais de 2009, marcadas por uma campanha bastante frenética, onde houve confrontos e acusações entre os três principais partidos concorrentes (Frelimo, RENAMO e MDM). Foi um processo marcado por abstenção, onde a Frelimo e seu candidato foram declarados vencedores e o líder de Renamo reclamando do processo declarou dividir e incendiar o país (Digital, 2009).

Em 2013 foram realizadas as quartas eleições autárquicas que para além da falta de transparência foram marcadas por actos de intimidação e violência. Três factores

¹ António Muchanga em entrevista no dia 28 de Agosto de 2013.

² Alfredo Gamito, deputado pela bancada parlamentar da Frelimo e presidente da comissão de Administração Pública, poder local na Assembleia da República, entrevistado no dia 2 e 9 de Outubro de 2013 na sala das comissões da Assembleia da República.

estiveram na origem da agitação nas autárquicas de 2013, designadamente o ambiente de tensão política e militar que rompeu com cerca de vinte anos de paz, parafraseando De Brito tratava-se de “*um ambiente de quase guerra*”³, onde os ataques e troca de acusações entre os beligerantes eram frequentes, havendo até restrições na circulação de pessoas, bens e cargas na EN1, no troço Save-Muxungué, devido a uma medida de bloqueio decretada pela Renamo a 19 de Junho de 2013 (De Brito, 2013).

Os outros dois factores estão ligados a ascensão do MDM nas eleições intercalares de 2011, das quais ganhou a presidência de um município (Quelimane) de um total de três. Isso serviu de mensagem aos seus adversários políticos e principalmente ao partido no poder que passou a encarar o MDM como uma ameaça a sua hegemonia política e segundo alguns militantes da Frelimo, as eleições de 2013 seriam para reconquistar as autarquias perdidas e devolver hegemonia a Frelimo nem que fosse para dar sangue por isso⁴.

Partindo dos pressupostos acima arrolados, é evidente que as eleições autárquicas de 2013 tinham todas as condições criadas para a eclosão de violência eleitoral, por outras palavras, havia um potencial conflito que pode ser explicado resumidamente pela: tensão política e militar, o surgimento do MDM como terceira força política, confirmada com a conquista do Município de Quelimane, nas intercalares de 2011 e por último, a intolerância política dos partidos políticos.

Foi um processo em que a campanha foi marcada por confrontos entre os participantes do processo com registo de vários feridos, detidos e mortes, e que a polícia não só se

³ Na nota introdutória do livro “*Desafios para Moçambique 2013*”, Luís de Brito caracteriza o ambiente que se vivia no país de “*quase guerra*”, caracterizado pelos sucessivos ataques entre os homens armados da Renamo e as Forças de Defesa e segurança Nacional, iniciadas com o assalto a residência de Afonso Dhakama em Outubro de 2012 na província de Nampula.

⁴ Filipe Chimoio Paúde, então secretário-geral do partido Frelimo teria em várias ocasiões feito essas afirmações, bem como Aberto Chipande em campanha na cidade da Beira. “*Nem que para isso houvesse sangue*” são palavras associadas a Verónica Macamo, membro da comissão política do partido e Presidente da Assembleia da República.

limitou a assegurar a normalidade do escrutínio tendo varias vezes disparado e causando vítimas mortais entre vários feridos. Esse clima de tensão e desconfiança entre os partidos políticos e dos órgãos eleitorais, cria condições para confrontações violentas tal como ilustra De Brito (2009). Ainda segundo De Brito (2009), por várias vezes os confrontos e manifestações em reacção aos resultados eleitorais deve-se a desconfiança em relação a actuação dos órgãos eleitorais.

Com isso, a pergunta que se coloca neste estudo é: *que factores explicam a ocorrência da violência eleitoral em Moçambique e como os actores estatais e não estatais influenciam na prevenção ou instigação dessa violência?*

5. Hipóteses

Esse trabalho parte de três hipóteses inter-relacionadas:

- A desconfiança na actuação dos órgãos de gestão eleitoral, cria condições para a ocorrência de actos de violência;
- A incapacidade de o partido Frelimo no poder desde 1975 se imaginar na oposição tem sido um dos factores da violência eleitoral;
- A intolerância política por parte dos actores políticos, é um dos principais factores da violência eleitoral.

6. Definição de conceitos

De modo a ter melhor percepção sobre o presente estudo, três conceitos são fundamentais. Dois dos quais, fáceis de os confundir por isso, a necessidade de estabelecer a diferença entre eles. Isto é, diferença entre a violência política e eleitoral, o terceiro e último conceito mas não menos importante será o que se entende por competição eleitoral ou eleições competitivas.

Segundo Strauss e Taylor (2010), por violência política refere-se ao uso deliberado da força física por propósitos políticos a qualquer altura, enquanto violência eleitoral ocorre num determinado período, durante o processo eleitoral, o que implica dizer que a violência política regista-se durante os anos não eleitorais enquanto a violência eleitoral ocorre durante o processo eleitoral.

Ainda segundo Strauss e Taylor (2010), por violência eleitoral refere-se a todo acto de coerção física e intimidação directamente ligado ao impedimento da contestação ou da manifestação eleitoral, e em reacção ao anúncio dos resultados eleitorais, num período entre seis meses antes da votação e três meses depois.

Não muito distante da definição de Strauss e Taylor (2010), para Dorina Bekoe (2010), a violência eleitoral ocorre três meses antes e três meses depois da votação. Por sua vez, Smith (2010), partindo da experiência etíope das eleições de 2005 sugere que a violência eleitoral pode ter origem complexa, o que implica dizer que não só a luta pelos eleitores ou as possíveis escolhas dos eleitores levam a violência, mas deve-se considerar igualmente as acções do governo do dia. Com isso, Smith (2010), avança que a violência pode ocorrer muito tempo depois das eleições tal como foi na Etiópia, cinco meses depois das eleições.

Há três dimensões a considerar na análise da violência eleitoral, que são o momento em que ela ocorre, isto é, se antes ou depois das eleições (pré e pós-eleitoral). A segunda

dimensão é referente aos protagonistas, se é o partido no poder ou a oposição e por último os níveis de violência eleitoral (Strauss e Taylor, 2010).

Segundo Strauss e Taylor (2010), a violência pré-eleitoral ocorre antes das eleições, e é caracterizada por períodos de incertezas em relação aos resultados eleitorais. Procura mudar ou influenciar o comportamento eleitoral, as preferências e os padrões de voto. Por outro lado, a violência pós-eleitoral ocorre em reacção aos resultados eleitorais, onde a oposição procura reverter os resultados ou a influenciar a ordem política.

A violência pré-eleitoral tem o partido no poder como sendo o maior protagonista como forma de se manter no poder, usando para tal os meios coercivos do Estado ou as instituições informais apoiadas pelo partido, tais como a liga juvenil ou seus militantes. Enquanto isso, a oposição usa da violência para enfrentar o poder do dia, e em reacção aos resultados eleitorais (Strauss e Taylor, 2010). Essa violência divide-se em quatro níveis a considerar.

Strauss e Taylor (2010), o primeiro nível compreende actos de violência não reportados durante a campanha e depois da votação. O segundo nível é caracterizado pela perseguição, detenção de líderes e membros da oposição, desqualificação de candidaturas e supressão de apoios aos partidos políticos da oposição.

No terceiro nível há repressão violenta das manifestações, assassinatos, perseguição, intimidação, torturas e detenções arbitrárias das lideranças políticas e seus apoiantes. Por ultimo, no quarto nível ocorre a violência generalizada entendida como a propagação da violência física e aumento de casos de morte para mais de vinte em pontos diferentes (Strauss e Taylor, 2010).

Ciente da controvérsia em torno do período em que ocorre a violência eleitoral, para o presente trabalho toma-se o período que vai desde os seis meses antes da eleição e três meses depois apresentados por Strauss e Taylor (2010), tendo em conta que ao abrigo do nº 1 do artigo 19 da Lei 5/2013, o início da actualização do recenseamento eleitoral

para as eleições de 20 de Novembro de 2013 teve lugar seis meses antes do dia da realização das eleições.

Outro conceito de capital importância para o presente estudo é o da competição eleitoral que segundo Limongi (2014), é a luta pelo controle da definição do corpo de eleitores, isto é, é a variação no corpo de eleitores que determina o resultado da eleição. Em outras palavras, a variação refere-se a diferença entre a percentagem ou o número de votos do vencedor e do segundo candidato ou partido mais votado.

Segundo argumenta Toyoda (2012), onde as eleições são competitivas há maior probabilidade de ocorrência de violência dado a possibilidade que os competidores têm de vencerem e para tal, os partidos no poder usam da violência física e psicológica contra os candidatos da oposição, e seus apoiantes e, parafraseando Przeworski citado por Toyoda (2010: p3), “*as eleições ocorrem de baixo de uma cortina de violência*”.

A aceção de Toyoda sobre a relação violência eleitoral e competição eleitoral, pode ser comprovada com o estudo de Shenga (2013), se analisarmos as eleições autárquicas de 2013. Em seu estudo sobre a competição eleitoral a nível autárquico em Moçambique desde 1998 a 2011, Shenga conclui que Beira, Nacala Porto, Quelimane, Angoche, Gurué, Marromeu, Nampula, Monapo, Mocímboa da Praia, Chimoio e Ilha de Moçambique são os municípios mais competitivos (Shenga, 2013), e com base nas autárquicas de 2013 pode-se acrescentar Gorongosa, Milange, Maganja da Costa e Mocuba.

Todavia, para Toyoda (2012), não basta que haja competição para que ecloda violência, ela é organizada e muitas das vezes é desencadeada por unidades armadas que durante a campanha eleitoral intimidam e assassinam seus adversários políticos. E, segundo Laakso (2007), citado por Toyoda (2012), os partidos políticos no poder tem usado as forças policiais para intimidar apoiantes da oposição durante a campanha.

Não obstante a isso, importa recordar que, tal como ilustra Gloor, “*o perigo de ocorrência de violência é maior em sociedades que passaram por uma guerra e onde a*

democracia é nova e frágil (...), e quando nenhum dos partidos políticos está disposto a aceitar a derrota, a possibilidade de violência é ainda maior” (Gloor, 2005: p284).

7. Explicando a variável violência eleitoral

O maior diferenciador entre a violência eleitoral e política esta no “timing” em que a violência ocorre. Como já aludido, a violência eleitoral ocorre durante todo o processo eleitoral que compreende segundo Mozaffar e Schelder (2002), a formulação das regras do jogo eleitoral, a aplicação e a adjudicação dessas regras⁵. Importa no entanto, demonstrar os cenários da violência eleitoral.

Segundo Strauss e Taylor (2010), há seis cenários de violência eleitoral a ter em conta. O primeiro cenário, está relacionada com actos de perseguição e intimidação da oposição que pode traduzir-se em detenções de membros de partidos da oposição, inviabilização das suas manifestações política, ataque repentino a órgãos de apoio à oposição e a destruição de material de propaganda da oposição.

O segundo cenário que implica maiores níveis de violência, é referente a eliminação física da oposição, caracterizado por assassinatos e detenções de membros da oposição. O terceiro cenário procura eliminar as áreas de domínio da oposição através do redimensionamento dos círculos eleitorais e a este cenário associa-se o quarto que implica a redistribuição clientelista dos recursos do Estado, o que pode levantar a clivagens locais pelo acesso a esses recursos. Segundo Strauss e Taylor (2010, p35), *“para os actores locais, o período eleitoral é uma oportunidade de garantir maior acesso aos recursos locais particularmente a terra e nalgum momento mais poder (...), enquanto aos actores nacionais interessa garantir a vitória eleitoral”*.

⁵ Esses três níveis compreendem a formulação da legislação eleitoral, a delimitação dos círculos eleitorais, ao recenseamento, as campanhas cívicas e eleitorais, a votação, o apuramento dos resultados, apresentação de reclamação e validação dos resultados.

O quinto cenário é caracterizado pela contestação a nível local em relação ao poder federal ou central pelo acesso e controlo dos recursos locais muitas das vezes verificados em regiões semiautónomas. O sexto e último cenário, refere-se a repreensão violenta dos protestos, onde as forças de defesa e segurança repreendem violentamente qualquer protesto. Seja em consequência de fraudes ou anúncio dos resultados eleitorais.

A partir dos cenários acima arrolados, são considerados actos de violência eleitoral não só actos que envolvam agressão física, mas também todas acções que visam a intimidação e inviabilização da manifestação política dos partidos adversários e dos eleitores (Strauss e Taylor 2010).

8. Metodologia

O estudo baseou-se na análise bibliográfica que compreende a literatura relevante sobre a violência eleitoral, relatórios produzidos pelos observadores nacionais e internacionais, no boletim sobre o processo político em Moçambique do Awepa que cobriu todo processo eleitoral das eleições autárquicas.

Para a colecta de dados baseou-se na combinação do método quantitativo e qualitativo, tendo-se recolhido os dados jornais electrónicos (CanalMoz, Savana e o A Verdade, Digital, Diário de Zambeze) e impressos (noticias e O País). Foram feitas entrevistas semi-estruturadas aos principais actores do processo eleitoral (partidos políticos), órgãos de gestão eleitoral, académicos abalizados na matéria e a sociedade civil virada a educação cívico-eleitoral.

A selecção dos entrevistados baseou-se no método de amostragem accidental, que segundo Martins (2000), é formada por elementos que vão aparecendo, ate completar o número da amostra. Assim Para a entrevista foram seleccionados o partido Frelimo com dois entrevistados, MDM três entrevistados, o PDD com um entrevistado e a Renamo

com dois entrevistados. Os dois primeiros partidos, por terem concorrido para a presidência e assembleias municipais nas 53 autarquias. As entrevistas foram extensivas a académicos (dois) e a CNE. Para análise dos dados usou-se o método quantitativo aliado ao qualitativo. A leitura do problema será feita tendo em conta o institucionalismo histórico.

9. Quadro teórico

A política é dominada por comportamentos difíceis de se enquadrarem numa única perspectiva teórica de análise, contudo para o presente trabalho a perspectiva adoptada é o neo-institucionalismo histórico.

O neo-institucionalismo também designado por novo institucionalismo é uma versão reformulada do institucionalismo que surge nos finais do século passado, subdividido em três categorias a saber: o neo-institucionalismo histórico, o da escola racional e o sociológico, todos dando enfoque ao papel desempenhado pelas instituições na determinação de resultados sociais e políticos (Hall e Taylor, 1996).

Para os teóricos do neo-institucionalismo histórico, as instituições são definidas como sendo regras, leis, procedimentos, normas, arranjos institucionais e organizacionais que implicam a existência de constrangimento e limites ao comportamento (Limongi, 1994; Hall e Taylor, 1996), onde em última análise, esses constrangimentos e limites acabam por explicar resultados do comportamento (Limongi, 1994).

Para o neo-institucionalismo, *“as instituições têm um papel autónomo, próprio. Não apenas “induzem” ao equilíbrio, como também têm influência directa na determinação do resultado político substantivo”* (Limongi, 1994). De recordar que segundo North (1990), o maior papel das instituições é de reduzir as incertezas pelo criação de uma estrutura na qual a interacção humana tem lugar.

Os precursores do neo-institucionalismo histórico, têm a tendência a associar as instituições às organizações e às regras ou convenções editadas pelas organizações formais, e tal como sublinha North (1990), as organizações bem como as instituições, criam um campo de interacção, contudo, não só resultam dessa interacção como também desenvolvem-se em consequência dessa interacção. Nesse sentido, Douglas North (1990), identifica organizações políticas, económicas, sociais e educacionais.

Segundo Hall e Taylor (1996), há quatro características que diferenciam o neo-institucionalismo histórico dos outros a ter em conta. Primeiro estes privilegiam a interacção entre a instituição e o indivíduo; segundo, as relações de poder são assimétricas; terceiro, privilegiam a trajectória histórica (*path dependency*) em suas análises e por último não tratam as instituições como os únicos factores que influencia a vida política.

Em termos práticos quanto a interacção entre os indivíduos e as instituições há que ter em conta a perspectiva calculadora e cultural. A calculadora sugere que:

“Os indivíduos buscam maximizar seu rendimento com referência a um conjunto de objectivos definidos por uma função de preferência dada e que, ao fazê-lo, eles adoptam um comportamento estratégico, vale dizer, que eles examinam todas as escolhas possíveis para seleccionar aquelas que oferecem o máximo benefício” (Hall e Taylor 1996: p 197).

Já as instituições,

“Afectam o comportamento em primeiro lugar ao oferecerem aos atores uma certeza mais ou menos grande quanto ao comportamento presente e vindouro dos outros atores, (...) o ponto central é que as instituições afectam o comportamento dos indivíduos ao incidirem sobre as expectativas de um dado actor no tocante às acções que os outros atores são susceptíveis de realizar em reacção às suas próprias acções ou ao mesmo tempo que elas (Hall e Taylor, p 197, 1996).

Por outro lado, existe a perspectiva cultural diferentemente da calculadora. Esta prevê limites no comportamento estratégico dos indivíduos, uma vez que estes recorrem com frequência a protocolos estabelecidos ou a modelos de comportamento já conhecidos para atingir seus objetivos⁶. Assim, as instituições fornecem modelos morais e cognitivos que permitem a interpretação e a acção bem como, afectam a identidade, a imagem de si e as preferências que guiam a acção (Hall e Taylor, 1996).

Esta perspectiva é vital para o entendimento do comportamento tanto dos membros e simpatizantes dos partidos enquanto indivíduos, bem como, do Partido em si enquanto instituição em relação a actos de violência eleitoral em análise neste trabalho.

A segunda característica do neo-institucionalismo histórico, é referente a assimétrica do poder, onde a análise baseia-se na forma como as instituições repartem o poder de maneira desigual entre os grupos sociais. Segue-se nessa discussão das características a trajetória histórica (*path dependency*), segundo a qual o comportamento dos indivíduos e das instituições são resultado de uma herança histórica (Hall e Taylor, 1996).

Segundo Fernandes (2002: p79), o *path dependency* “*implica a consideração da existência de legados históricos, políticos que influenciam sobre as escolhas políticas subsequentes, que ocorrem ao nível das instituições*”. Por fim, para os teóricos do institucionalismo histórico, as instituições não são o único factor que influencia a vida política. Nesta vertente, chamam atenção para considerar a relação entre as instituições e as ideias ou crenças.

Como se pode constatar, esta perspectiva possui critérios suficientes para a compreensão do objecto em análise uma vez que para perceber as acções partidárias em certa medida, é preciso analisar o percurso histórico dos partidos e seus partidários, bem como, do histórico de violência em Moçambique. Neste estudo, privilegia-se a análise

⁶ Na perspectiva calculadora os homens são *satisficers* orientados para maximização dos rendimentos ou benefícios, enquanto, na perspectiva cultural os indivíduos são *optimizers* orientados na busca da maximização da sua utilidade

da interação entre os indivíduos (membros, simpatizantes de partidos políticos) e as instituições (partidos, órgãos de administração eleitoral).

10. Quadro legal e institucional das eleições autárquicas em Moçambique

As reformas económicas e políticas dos finais dos anos de 1980, deram um espectro único a década de 1990, marcada pela abertura e criação de novas instituições políticas, na maioria consagradas na constituição multipartidária de 1990. Foi igualmente marcada, pela assinatura dos acordos gerais de paz entre o governo e a Renamo a 4 de Outubro de 1992, colocando fim a cerca de 16 anos de guerra civil, criando assim condições para a realização das primeiras eleições multipartidárias que viriam a realizar-se em 1994.

Segundo argumenta Cahen (2000), depois das eleições de 1994, o governo da Frelimo comprometeu-se sob pressão da comunidade internacional a apresentar reformas dos órgãos locais que até então eram designadas por assembleias do povo e conselhos executivos. De recordar que antes da aprovação da Lei 2/97 de 28 de Maio que cria o quadro jurídico-legal para a implantação das autarquias locais, tinha sido criada a Lei 3/94 que estabelecia 23 distritos municipais urbanos e 128 distritos municipais rurais (Rosário, 2011; De Brito 2013).

De acordo com Cistac (2012), a lei 3/94 foi criada a quando do Programa de Reforma dos Órgãos Locais (PROL), aprovado em Maio de 1992, pelo Governo e tinha como objectivo reformar o sistema de administração local do Estado vigente, dotando-os de uma personalidade jurídica própria distinta do Estado e com autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Há várias teses sobre a mudança da Lei 3/94 para 2/97.

Segundo Cistac (2012), a revogação dessa Lei, mesmo antes da sua implementação deveu-se a crítica em relação a sua inconstitucionalidade, que culminou com a reforma constitucional de 1996, introduzindo um novo título consagrado ao poder local.

Por outro lado, De Brito (2013), argumenta que o equilíbrio relativo, alcançado entre a Frelimo e a Renamo através do AGP foi rompido com a vitória da Frelimo nas eleições de 1994, o que deu vantagem à Frelimo de reformular a Lei 3/94 devido a sua maioria parlamentar. Outra tese, avançado por De Brito (2000), defende que o facto de se ter verificado uma larga vantagem da Renamo nas zonas rurais nas eleições gerais de 1994, podia favorecer a Renamo em caso de eleição nos distritos municipais rurais.

Desta feita, as primeiras eleições autárquicas foram realizadas ao abrigo da lei 2/97 que pressupunha a criação de 33 autarquias, num processo pouco competitivo uma vez que a maioria dos partidos políticos da oposição incluindo a Renamo, não participaram, tendo a Frelimo vencido em todas autarquias. Foi um processo com baixa afluência as urnas (com uma participação media de 15%) em parte devido aos fortes apelos da Renamo ao boicote e, por outro lado ao desconhecimento dos cidadãos e por falta de experiencia em relação ao papel dos representantes municipais eleitos (Nuvunga, 2009; De Brito 2013).

A luz do princípio de gradualismo⁷ previsto no preâmbulo da Lei n.º 10/97, de 31 de Maio, em 2008 através da Lei n.º 3/2008 foram instituídas mais 10 autarquias passando para 43 e em 2013 a Assembleia da República, através da Lei nº 11/2013, de 3 de Junho, aprova a criação de mais 10 municípios, situando-se actualmente em 53 municípios que foram as eleições para o presidente e assembleia municipal em 2013.

Desde 1998, os processos eleitorais autárquicos têm sido marcados pela controvérsia na aprovação do pacote eleitoral o que levou a Renamo a boicotar o processo. Diferentemente das eleições autárquicas de 1998, as eleições municipais de 2003, 2008, 2011 e 2013 foram competitivas em alguns municípios, e com aumento de focos de violência eleitoral principalmente na região centro-norte onde a oposição ganhou alguns municípios (Angoche, Ilha de Moçambique, Marromeu, Nacala, Beira e Quelimane).

⁷ Princípio do gradualismo prevê a criação de novos municípios obedecendo alguns factores tais como: geográficos, demográficos, económicos, sociais, culturais e administrativos, combinados com interesses de ordem nacional ou local em causa. Por último deve haver capacidade financeira. Reunindo esses factores, o legislado pode decidir sobre a criação ou não de município ou não.

Segunda Parte

11. Partidos políticos enquanto protagonistas da violência eleitoral

Tal como ilustra Wantchekon (2003), os partidos no poder tem maior facilidade em gerir redes clientelistas devido a facilidade do controlo do Estado e dos recursos que lhes são associados. De facto, a Frelimo não é uma excepção a essas tendências monopolistas e, de acordo com Rosário (2011: pp 65), “*a Frelimo domina e monopoliza todas as instituições políticas e administrativas, incluindo as comissões eleitorais a todos níveis*”.

Na mesma perspectiva que Rosário (2011), Soares⁸ acrescenta nesse conjunto de instituições a PRM, acusando-as de actuarem em conluio com o partido no poder, e de promoverem a violência eleitoral.

Se se analisar os casos de violência nas autárquicas de 2013, pode-se facilmente constatar que são muitas das vezes associadas ao partido no poder. Isso pode encontrar eco primeiro, no facto de a Frelimo, partido no poder dominar e monopolizar as instituições políticas e administrativas como frisou Rosário (2011). Acrescentando-se a isso, o facto dos militantes, apoiantes e simpatizantes da Frelimo, terem um sentimento de impunidade o que reflecte-se no facto de tudo poderem fazer e nada lhes acontecer.

Com efeito, durante a campanha vários casos de violência foram denunciados pelos partidos da oposição e não tiveram andamento na polícia, onde em alguns casos, a vítima era presa a semelhança do que aconteceu em Xai-Xai, o que levou a retaliação por dos militantes do MDM (CanalMoz, 2013c). Os partidos políticos da oposição tinham noção disso segundo atestam as palavras do candidato ao município de Manhiça

⁸ Ivone Soares, deputada pela bancada da Renamo, presidente da liga Juvenil da Renamo, declarações feitas na conferência nacional sobre paz e prevenção da violência político-eleitoral, organizado pelo Parlamento Juvenil em Abril de 2014 na cidade de Maputo (fonte).

pelo MDM, Ananias Manhiça que também foi alvo de perseguição e intimidação (A Verdade, 2013a).

“... Eles vieram atrás de nós, a nossa política é de não responder às provocações (...), na madrugada de hoje que iniciou a campanha, quando acordamos já tinham rasgado tudo. Vimos quem foi e denunciámos à polícia, mas não esperamos que o comandante faça algo só se fosse o contrário” (Osório, 2014).⁹

E, tal como ilustram Osório e Mussa (2014), a impunidade dos transgressores maioritariamente da Frelimo, mostra até certo ponto o favoritismo político da CNE e da polícia em relação ao partido no poder. Esse sentimento influencia de certa forma o comportamento dos apoiantes da Frelimo, que acabam enveredando por actos de intimidação e de violência cientes de que nada lhes vai acontecer, o que pode incitar acções de violência.

Contudo, o facto de os apoiantes e militantes do partido Frelimo terem sido os maiores protagonistas da violência, não tirou o protagonismo dos partidos da oposição principalmente do MDM, que em actos ditos de retaliação agrediram uma cidadã em Xai-Xai membro do partido Frelimo e outro em Mueda (Hanlon, 2013g).

Com base nos documentos¹⁰ analisados desde o início de campanha eleitoral no dia 05 de Novembro de 2013 até a repetição das eleições em Gurué¹¹ no dia 08 de Fevereiro, foram registados 42 casos de violência eleitoral confirmados pelas autoridades policiais. Os dados mostram que foi a Frelimo a maior protagonista e que mais acções de

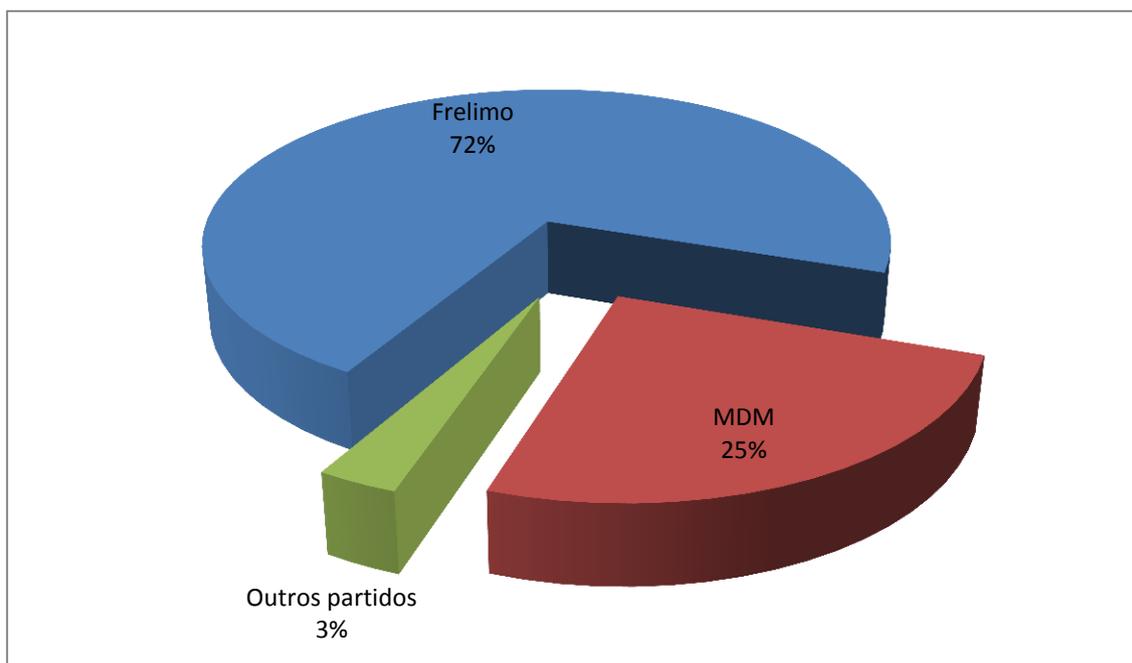
⁹ Entrevista feita ao candidato presidencial ao município de Manhiça pelo MDM, extraída do livro de Osório, Conceição e Mussa, Edson, “*eleições Autárquicas de 2013: participação e representação de mulheres e homens*”, CIEDIMA, Maputo, 2014

¹⁰ Trata-se dos jornais Notícias, O País, A Verdade, CanalMoz, Savana e Diário de Zambeze e, do boletim sobre o Processo Político em Moçambique, como se pode ver na lista de referências.

¹¹ Apesar de ter recusado o recurso do MDM através do Acórdão nº 2/CC/2014, de 14 de Janeiro, o CC acabou por anular e mandar repetir as eleições no município de Gurué.

violência eleitoral desencadeou, com cerca de 72% dos casos. Os restantes casos dividem-se pelo MDM com 25 % e pelos restantes partidos políticos e grupos de cidadãos eleitores que participaram do processo eleitoral em todo país tal como ilustra o gráfico 1.

Gráfico 1: violência eleitoral por partido político.



Fonte: Elaborado pelo autor.

12. Órgãos de administração eleitoral

Os órgãos de gestão eleitoral, tem um papel fulcral na credibilização e aceitação dos resultados bem como no normal andamento do processo eleitoral. Contudo, esses órgão tem sido constantemente o centro de atenção durante o período eleitoral.

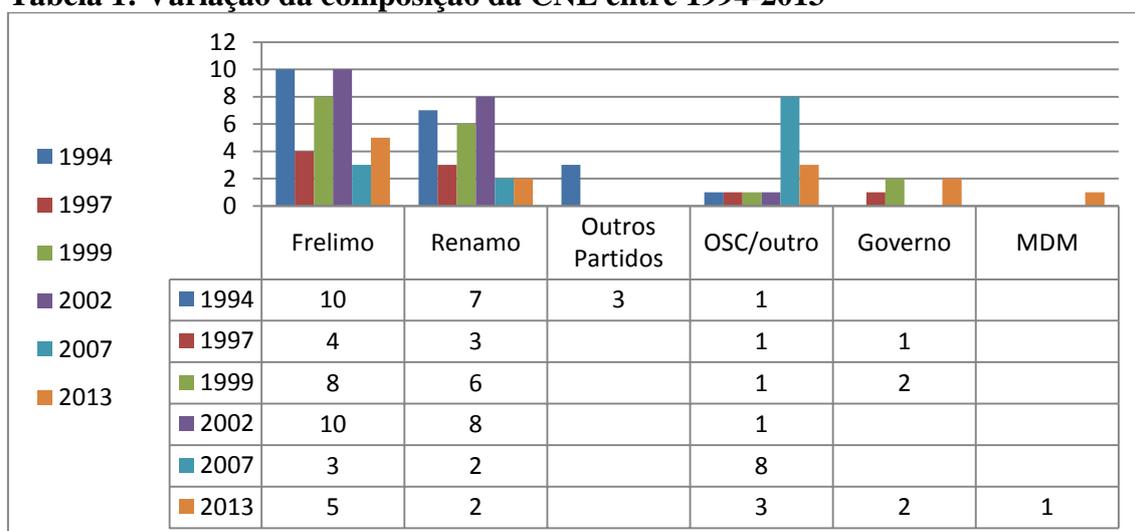
De recordar que desde as primeiras eleições a composição da CNE vem sendo alterada com vista a acomodar interesses políticos partidários do que a profissionalização do mesmo. Se analisado a composição da CNE ao longo dos anos pode-se constatar que há tendência de produção de consensos e gestão de conflitos através dos órgãos de gestão eleitoral (De Brito, 2013; Pereira e Nhanala, 2014).

Os partidos políticos estão representados nos órgãos de administração eleitoral, contudo, a violência eleitoral esta geralmente ligada a não confiança desses órgãos (Gloor, 2005). Segundo De Brito (2011b), baseado nos inquéritos feitos aos cidadãos e aos partidos, há grande desconfiança da actuação destes órgãos, acusados muitas das vezes de favorecer o partido no poder. Esse mau e contestado desempenho da CNE e do STAE têm sido muitas das vezes apontados como parte da motivação à actos de violência eleitoral (Nuvunga, 2009).

De acordo com Pereira e Nhanala (2014), mesmo com os arranjos institucionais da legislação eleitoral, a CNE não tem conseguido reduzir essa desconfiança, que pelo contrário só aumentou os debates sobre a fraude, violência eleitoral e intolerância. A tabela 1 apresenta resumidamente a variação na composição da CNE desde as primeiras eleições multipartidárias 1994 até 2013.

Para as autárquicas de 2013, a CNE funcionou incompleta pelo facto da Renamo não ter indicado os seus membros para este órgão, fruto da falta de consenso em sede do debate sobre o pacote eleitoral 2013. Apesar de esse não ser o facto determinante, a actuação dos órgãos de gestão eleitoral deu lugar a uma série de críticas e conflitos durante o processo autárquico (Hanlon, 2013a).

Tabela 1: Variação da composição da CNE entre 1994-2013



Fonte: adaptado pelo autor, a partir de Pereira e Nhanala, (2014)

A título de exemplo, em seu comunicado de 03 de Dezembro de 2013, o MDM manifestou a sua indignação em relação aos órgãos de administração eleitoral, acusando-os de estarem a serviço de um partido político, neste caso a Frelimo, segundo consta do comunicado feito por Deviz Simango:

“Está clara a interferência e instrumentalização de órgãos estatais e de soberania em defesa de interesses de um grupo de pessoas que tem medo da democracia, da justiça, da transparência e direitos políticos dos moçambicanos” (Deviz Simango, 2013)

Essa desconfiança é confirmada com as entrevistas realizadas aos partidos políticos (Renamo, MDM e PDD) onde nota-se certa crença de que a CNE e o STAE estão cooptados pelo partido no poder agindo em benefício deste.

“A CNE é muito fraca, com estrutura simplesmente cosmética e não tem nem domínio sobre o STAE. Há desfasamento entre o STAE e a CNE, o STAE é mais manipulado pelo governo da Frelimo” (V. Mondlane, em entrevista no dia 11 de Novembro de 2014)

Por exemplo, devido a desconfiança em relação a actuação dos órgãos de gestão eleitoral, vários simpatizantes e membros do MDM permaneceram nas assembleias de voto instaladas na EPC de Icídua com o intuito de fiscalizar o processo e a contagem dos votos (A Verdade, 2013d).

Por seu turno, o Conselho Constitucional(CC) órgão supremo de gestão dos contenciosos eleitorais, têm vindo a tratar assuntos ligados a violência de forma leviana, a título de exemplo, do acórdão 4/CC/2014 nada consta sobre a actuação da PRM nem das mortes registada em Quelimane, Beira, Gurué entre outros municípios, limitando-se a lamentar à detenção de delegados de candidatura do MDM e a recomendar a observância da Lei.

Isso faz com que o CC faça a acção que Osório e Mussa(2014), descrevem por acção pedagógica do que actuando em termos de cumprimento dos dispositivos legais. Essas medidas dão um especto de impunidade à PRM e aos membros e simpatizantes do partido no poder envolvidos em actos de violência.

Ademais, o CC mesmo perante provas apresentadas pelo MDM face as irregularidades verificadas durante o processo de votação e apuramento distrital dos resultados decidiu não aceitar o recurso deste partido através do Acórdão nº 2/CC/2014, de 14 de Janeiro. O mesmo verificou-se em relação ao pedido formulado pelo ASSEMONA em protesto contra a actuação da comissão distrital de eleições de Angoche (Acórdão no 01/CC/2014 de 7 de Janeiro)¹².

Com efeito, a parcialidade em que actuam os órgãos de gestão eleitoral, leva a considerar que há uma fragilização deliberada das instituições, onde a regras informais¹³ passam a prevalecer em relação as legalmente estabelecidas gerando assim desconfiança em relação a esses órgãos. Verifica-se aqui o uso da lei para garantir vantagens políticas e perpetuar a elite no poder (Owuor, 2011).

Assim, o modo de actuação dos órgãos de gestão eleitoral transparece que estão cooptados e actuam de um modo considerado politicamente correcto¹⁴. A experiencia das eleições autárquicas de 2013 comprova essas tendências quando se lida com os contenciosos apresentados pela oposição. Por ultimo, importa referir que para o reconhecimento da legitimidade do processo e dos resultados eleitorais, os órgãos de

¹² Ver em ([http://www.cconstitucional.org.mz/Jurisprudencia/\(offset\)/120](http://www.cconstitucional.org.mz/Jurisprudencia/(offset)/120))

¹³ As regras informais passam pela distribuição informal dos recursos em troca de apoio político, muitas das vezes designado por clientelismo político. Essa distribuição é favorável ao partido no poder dado ao controlo exercido sobre os recursos do Estado, o que leva a oposição a pautar pela violência como forma de fazer face a esse poder.

¹⁴ Por politicamente correcto, Luís de Brito entende as decisões ou respostas que se conformam mais com as posições do partido no poder.

gestão não só devem ser neutros como sublinha De Brito (2011a) mas devem igualmente ser percebidos como tal pelos cidadãos.

13.As forças de Lei e Ordem e de Segurança

A lealdade das forças de segurança à Frelimo é algo inerente ao processo histórico da construção do país, tendo sido num primeiro momento usadas para garantir o cumprimento da agenda da elite no poder durante a vigência do partido único (Owuor, 2011), e, mais tarde cooptadas pela elite política no poder através do controlo e manipulação da estrutura administrativa estatal.

Como já mencionado neste estudo, o partido no poder dispõe de meios coercivos do Estado e dos recursos a este associados, o que facilita controlar a polícia. Para Alice Mabote¹⁵, a Frelimo, a semelhança de outros partidos africanos no poder usam da violência, intimidação e forças policiais como parte da estratégia para se manterem no poder.

A experiência das eleições autárquicas de 2013 mostra claramente essa tendência. Em Mocuba por exemplo, a marcha da caravana do MDM foi interrompida simplesmente porque o comandante estava “*cansado de os aturar*” segundo declarações de Manuel de Araújo em entrevista a lusa que foi intimado a comparecer na esquadra local¹⁶.

A polícia destacou-se pelo uso excessivo da força durante todo o processo eleitoral. De referir que a maioria dos casos de agressão graves e mortes registados no decurso do processo foram protagonizados pela polícia, que em várias ocasiões usou gás lacrimogénio e balas verdadeiras para inviabilizar a campanha da oposição, tal como

¹⁵ Alice Mabote, presidente da Liga dos Direitos Humanos (LDH), em entrevista na estação televisiva TIM no dia 2 de Dezembro de 2013. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=hdRZafotlFA>

¹⁶ Reportagem feita pela agência lusa no dia 16 de Novembro de 2013. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=daOzDK0ybFo>

aconteceu em Mocuba, Quelimane e Gurué (CanalMoz, 2013), ou para reprimir manifestações por ocasião do anúncio dos resultados preliminares em Sussundenga, Quelimane e Gurué (A Verdade, 2013c).

No dia da votação a polícia mostrou-se pouco imparcial ao deter delegados políticos da oposição sem mandato e nem em flagrante delito (Hanlon, 2013j), tal como preconiza a Lei eleitoral no art.º nº 71 coadjuvado com o art.º nº 16 do código de conduta do Mandatário e delegado de candidatura, violando dessa forma a lei e o código de conduta dos agentes de Lei e Ordem.

Para o MDM, a polícia trabalha em benefício da Frelimo como pode-se ler em comunicado de imprensa de 17 de Novembro de 2013, feito pelo presidente do MDM em reacção a violência registada no campo de Munhava na beira.

“A polícia ao disparar gás lacrimogénio e tiros num comício com milhares e milhares de pessoas sabia que muitos moçambicanos iriam morrer. Foi o que aconteceu. Mais uma vez a FIR demonstrou que não é uma polícia para proteger os moçambicanos. É uma polícia de acção e protecção da Frelimo. Protegeram apenas os dirigentes da Frelimo e dispararam contra o povo”. (D. Simango, 2013)

Facto compartilhado por Venâncio Mondlane que em entrevista dizia:

“a violência é um expediente eleitoral muito forte e os ares ostensivos que a FIR demonstrava a nossa juventude mostrou que a polícia esta a reboque do partido Frelimo” (V. Mondlane, em entrevista no dia 11 de Novembro de 2014).

Esse posicionamento reúne certo consenso no seio dos partidos políticos entrevistados (MDM, Renamo e PDD), de académicos (Luís de Brito e Joseph Hanlon), bem como no seio dos observadores internacionais que manifestaram igualmente preocupação em relação ao uso excessivo da força durante a campanha eleitoral, e da detenção de

delegados de candidatura da oposição, que não foram libertados antes término da contagem de votos (CanalMoz, 2014e; Observatório Eleitoral, 2014).

Como pode-se notar, só a Frelimo apoiou e defendeu a actuação da polícia e dos órgãos eleitorais, lançando a culpa da violência aos partidos políticos da oposição principalmente ao MDM, como se pode ler no ponto nove do balanço preliminar do partido Frelimo sobre as eleições autárquicas de 2013.

“O nosso Partido, lamenta, repudia e condena veementemente a postura violenta, de provocação, de vandalização de material de propaganda, de violência, de desobediência às autoridades e a Lei, de instrumentalização e incitamento a desordem, de desafio às Forças de Defesa e Segurança, assumida pelo Partido MDM, no decurso da campanha eleitoral, do processo de votação e anúncio dos resultados preliminares” (Damião José, 2013).

Por último, importa dizer que nem os apelos da sociedade civil e dos partidos políticos em ver anunciadas as penas e os actores dos crimes eleitorais foram suficientes para que os tribunais, o Ministério Público ou a Procuradoria tomassem acção. O caso mais flagrante foi a morte de um jovem músico em Quelimane por um agente identificado como guarda do governador da Zambézia que continua a exercer mesmos serviços como se nada tivesse acontecido¹⁷ (Diário de Zambézia, 2014).

Faz-se necessário sublinhar que grande parte da violência que resultou em feridos graves e mortes, foi protagonizada pela polícia contra os membros e simpatizantes dos partidos políticos da posição.

¹⁷ Ate a data da realização deste estudo, o agente em causa continuava a desempenhar a mesma função sem que nenhum processo disciplinar lhe fosse aplicado.

Terceira parte

14. Sobre Legislação e o recenseamento eleitoral para as eleições autárquicas de 2013

De acordo com Tollenaere (2002), a vida política moçambicana é fundamentalmente caracterizada por uma tensão entre democratização e gestão de conflitos. A primeira refere-se a instituições e procedimentos formais, tal como eleições e a segunda característica é fundamentalmente a necessidade contínua de gestão de conflitos, baseada na construção de consensos e que frequentemente requer uma abordagem mais informal. Esta tensão torna-se mais evidente durante os processos eleitorais, por isso que existe uma tendência para gerir estes conflitos através da alteração da legislação e da administração eleitoral.

Segundo Rosário (2011), o processo de construção desses consensos nem sempre foi pacífico caracterizada pela discórdia entre a Renamo e a Frelimo, um recusando a proposta do outro, não conseguindo assim se alcançar consensos. Com efeito, dos quatro pacotes eleitorais aprovados desde 1997¹⁸ a 2013 (1997, 2003, 2007, 2013), todos foram frutos de intensos debates e discórdias entre os dois maiores partidos políticos com representação parlamentar (De Brito, 2013; Pereira e Nhanala, 2014).

Só para ilustrar, foi no âmbito da discórdia que o pacote eleitoral 2013 foi aprovado pelo voto maioritário da Bancada de Frelimo, com apoio da bancada do MDM, sendo que a bancada da Renamo, por entender que as suas propostas não foram acolhidas retirou-se da sala no momento da aprovação.

¹⁸ A primeira lei eleitoral (Lei 4/93 de 28 de Dezembro) no contexto multipartidário foi aprovada em 1993 pela Frelimo, fruto das negociações entre o governo da Frelimo e a Renamo. De recordar que o protocolo III dos Acordos Gerais de Paz (Lei nº 13/92 de 14 de Outubro) pressupunha que “a Lei eleitoral deveria ser elaborada pelo Governo, em consulta com a Renamo assim como com todos outros partidos políticos”. Contudo, os outros partidos políticos foram excluídos desse processo tendo apenas se beneficiado de indicar três membros para a CNE.

Na acepção da Renamo, o pacote ora em debate não garantia transparência principalmente no que se referi a lei da CNE¹⁹. Por isso a Renamo não indicou membros a CNE-2013 e, recusou a indicar um deputado para integrar a comissão ad-hoc criada em finais de Março de 2013 para seleccionar membros da sociedade civil à CNE (Hanlon, 2013a).

Por seu turno, o recenseamento eleitoral (de raiz) em todos municípios decorreu ao abrigo da Lei n.º 5/2013, de 22 de Fevereiro, entre 25 de Maio a 23 de Julho de 2013, período estabelecido pelo Conselho de Ministro através da Resolução n.º 5/2013, de 15 de Março (Acórdão n.º4/CC/2014 de 22 de Janeiro). Foi um processo meio que titubeante devido a sistemática avaria dos equipamento de recenseamento, a falta de material e a incompatibilidade de tinteiros com as impressora (Hanlon, 2013b).

Foi igualmente documentada a recusa de documentos reconhecidos por lei (BI antigo, cédula pessoal ou certidão de Nascimento) para o recenseamento principalmente nas regiões de maior influência da oposição – cidade Beira, Nampula, Gurué, Cuamba, Quelimane (Hanlon, 2013d).

Face a estes problemas, o STAE a nível central criou uma equipe de supervisão do recenseamento, vista também à serviços da Frelimo pela oposição. Por exemplo, na Escola Primária 3 de Fevereiro, no bairro de Vila Massane – Beira, um supervisor que recusava-se a apresentar seu cartão de trabalho e sua identidade, não permitirão o recenseamento de cidadãos que apresentassem bilhete de identidade antigo ou cédula e devido a esta decisão várias pessoas, na sua maioria idosos que possuíam bilhetes de identidade antigo vitalício e pessoas com cédulas, foram impedidas de se recensear (Hanlon, 2013c).

¹⁹ Em entrevista com António Muchanga a 28 de Agosto; e com Eduardo Namburete a 5 de Setembro de 2013

Estes factores, segundo dados apresentados pelo CIP e Awepa (Hanlon, 2013e), concorrem para a baixa taxa de registo nos municípios onde a oposição tem maior influência eleitoral, tendo-se registado uma média de 70% contra os mais de 100% em algumas zonas de domínio da Frelimo. Pode-se concluir que tratou-se de uma estratégia para reduzir a participação nessas regiões.

Contudo, apesar desses casos que constituem na verdade uma forma de privação do exercício de direitos de participação política através do voto, foram registados ao todo cerca de 3,058,386 eleitores em todos 53 municípios o que corresponde a 85% do número total esperado (idem).

15. Sobre a campanha eleitoral

Participaram da corrida eleitoral cerca de doze partidos políticos²⁰ e seis grupos de cidadãos eleitores²¹. Sendo que apenas o MDM e a Frelimo apresentaram candidaturas à presidente de conselho municipal e a membros da assembleia municipal nas 53 autarquias (CanalMoz, 2013a).

E, pouco antes do início da campanha, os participantes do processo eleitoral assinaram um código de conduta (Deliberação n.º 61/CNE/2013), que pressupunha entre outros princípios a condução de um processo eleitoral de forma pacífica, livre, justa, democrática e transparente. Com efeito, “*todos os candidatos, Partidos Políticos, Coligações de Partidos Políticos e Grupos de Cidadãos Eleitores Proponentes*

²⁰ Trata-se dos partidos FRELIMO; MDM-Movimento Democrático de Moçambique; PARENA-Partido de Reconciliação Nacional; PIMO-Partido Independente de Moçambique; Partido os VERDES; PPLM-Partido para o Progresso Liberal de Moçambique; PEC-MP - Partido Ecologista Movimento da Terra; PDD-Partido Para a Paz Democracia e Desenvolvimento; MPD - Movimento Patriótico para a Democracia; PAHUMO-Partido Humanitário de Moçambique; PT-Partido Trabalhista e; ALIMO-Aliança Independente de Moçambique.

²¹ Dos grupos de cidadãos eleitores temos: JPC-Juntos Pela Cidade; UIUIPI-Associação Artesanal; NATURMA-Associação dos Amigos Naturais da Manhica; SINFORTECNICA-Associação Jovens Técnicos Portadores de Deficiência de Moçambique; ASSEMONA-Associação para a Educação Moral e Cívica de Exploração dos Recursos Minerais; ASTROGAZA-Núcleo de Bilene-Macia

deveriam (devem) trabalhar no sentido de evitar e prevenir a violência política no decurso da campanha eleitoral, quer ela venha dos adversários, quer venha dos próprios partidos políticos”(art.2.b)

Com isso, a campanha eleitoral iniciou a 5 de Novembro, sem a presença da Renamo segundo maior partido da oposição que a semelhança de 1998 decidiu boicotar o processo alegando que a lei ora aprovada não garantia transparência e credibilidade ao processo (CanalMoz, 2013a).

A campanha começou de forma ordeira em alguns municípios, contudo, a capital provincial de Manica foi marcada por confrontos entre a Frelimo e o MDM quando membros deste foram encontrados a sobrepor seus cartazes nos da Frelimo, o que culminou com a detenção de três membros do MDM (CanalMoz, 2013b; Hanlon, 2013f).

A semelhança de Chimoio, houve confrontos em Tete e Gorongosa²² no primeiro dia da campanha, tendo resultado em um ferido em Tete. Esses eventos foram um prenúncio de um processo tenso e complexo. O caso de Gorongosa, embora tenha sido um ataque às FADM e tendo em conta que a Renamo teria anunciado inviabilizar o processo eleitoral, subscreve os escritos de Höglung citado por Sisk (2010, p44), segundo os quais *“quando um partido esta profundamente inseguro ou uma facção sente-se sistematicamente excluído do poder político tende a criar situações de violência como estratégia para evitar sua exclusão e o sucesso das eleições”*.

²² Recorde-se que Gorongosa fora o epicentro dos confrontos armados entre os homens armados da Renamo e as FADM desde Outubro de 2012, agravados em Junho de 2013 com o anúncio da Renamo na voz do brigadeiro Jerónimo Malagueta condicionar a circulação de bens e cargas a partir do Save, que cessaram com assinatura dos **acordos de cessar-fogo e fim das hostilidades** entre José Pacheco, chefe da delegação do Governo e Saimone Macuiane, chefe da delegação do partido Renamo a 24 de Agosto de 2014 e posteriormente ratificado pelo Presidente da República Armando Guebuza e da Renamo Afonso Dlhakama a 5 de Setembro de 2014. No dia do início da campanha, 5 de Novembro de 2013, homens da Renamo atacaram uma coluna militar tendo sido registado três soldados mortos e 18 feridos e na tentativa de transportar os feridos ao hospital a policial disparou para o ar

A campanha eleitoral foi manchada por focos localizados de violência com principal destaque para a região centro-norte do país, principalmente na região centro que maior índice de violência registou durante o processo. Nos dias subsequentes a tensão aumentou e, parafraseando De Brito²³ “*quanto mais se aproxima do fim da campanha, o espírito cívico característicos dos primeiros dias desaparece perdendo-se o controlo e o civismo dos primeiros dias*”.

A campanha foi igualmente caracterizada por actos intimidatórios. A título de exemplo, na vila sede do distrito de Sussundenga, província de Manica, a população não participou das caravanas do MDM, temendo represarias da Frelimo, só para ilustrar, Albertino Zuai²⁴ terá sido despromovido da função de professor para contínuo na EPC de Marure quando se apresentou como candidato a edil pelo MDM (Hanlon, 2013g). Em Monapo outro professor terá sido detido acusado de destruir panfletos da Frelimo só porque recusou-se a ceder a pressão da directora distrital de educação.

Segundo Albertino Zuai, candidato presidencial ao município de Sussundenga pelo MDM, as populações receavam serem retiradas das suas residências, transferidas de posto de trabalho, a despromoção, a discriminação entre outras medidas quando estes se envolverem com o MDM (Hanlon, 2013g).

De acordo Sisk (2010) e Toyoda (2012), há que entender a violência eleitoral como um fenómeno complexo que pode ter origem organizada e propositada ou começar de acções individuais, por isso que ao analisar os casos de violência deve-se levar em conta o comportamento das elites políticas locais e centrais de acordo com o contexto de democratização e mobilização.

²³ Luís de Brito, em entrevista no dia 02 de Setembro de 2014.

²⁴ Devido a forte pressão social, acabou sendo reconduzido ao cargo de professor que ocupava antes da sua candidatura a edil daquela vila. Por sua vez, a população tinha medo de ser retirada das suas residências, transferida de posto de trabalho, despromovida ou discriminação se publicamente apoiassem um partido da oposição.

Desta feita, as palavras que se acreditam terem sido ditas por Verónica Macamo²⁵, dando conta de que a Frelimo iria recuperar a cidade de Quelimane nem que isso custasse sangue, são chaves para mobilização política dos seus apoiantes que de tudo iriam fazer para assegurar o cumprimento dessa “ordem” (A Verdade, 2013b).

Durante a campanha eleitoral houve destruição de material de propaganda e confrontos entre caravanas muitas das vezes não reportados ou sem cobertura jornalística. Em Manhica por exemplo, logo no primeiro dia de campanha panfletos do MDM foram destruídos (Osório e Mussa, 2014). O mesmo verificava-se na vila municipal de Macia onde para além da destruição de panfletos houve espancamento dum jovem²⁶.

Os últimos dias da campanha foram mais tenso com destaque para o penúltimo dia de campanha na cidade da Beira, marcadamente violento com cerca de 4 mortos e mais de 20 feridos²⁷. Segundo relatam os observadores do EISA que se encontravam no local do comício do MDM, no campo municipal de Munhava, no exacto momento em que Deviz Simango entrava no palco, a FIR começou a lançar gás lacrimogénio e a disparar contra a população no local e circunvizinha.

Tudo começou quando uma brigada da Frelimo dirigida pelo secretário-geral daquele partido (Filipe Paúnde), pretendia passar por meio da multidão para chegar à sede do seu partido próximo ao local (Lusa, 2013; Hanlon, 2013h; A Verdade, 2013a).

²⁵ Verónica Macamo é actualmente (2014) presidente da Assembleia da República, membro da comissão política da Frelimo e que dirigiu a brigada da Frelimo em Zambézia nas autárquicas de 2013; informações vinculadas davam conta de que teria proferido essas palavras em campanha no município de Quelimane. Macamo, convocou conferência de imprensa no dia 22 de Novembro para desmentir essas palavras onde exigiu que se apresentassem provas (Notícias, 2014, 22 de Novembro)

²⁶ Informação avançada por Lucas vicente Novela, residente na vila da Macia que participou durante a campanha eleitoral para as eleições autárquicas nas caravanas da Frelimo

²⁷ Diferem os dados apresentados pela polícia, fontes hospitalares e observadores do EISA. Para a polícia foram cerca de 43 feridos e 21 detidos (CIP e Awepa, 2013, boletim nr54) enquanto as fontes hospitalares contabilizam cerca de 4 mortos e 25 feridos (jornal CanalMoz de 17 de Novembro de 2013).

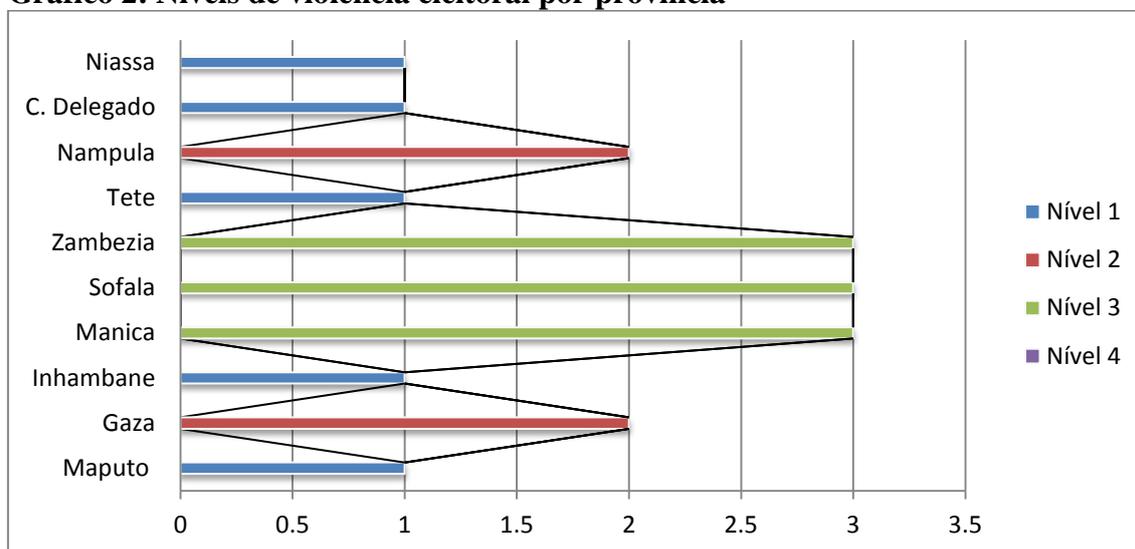
Para o MDM, a Frelimo premeditou o ataque segundo explica o presidente do MDM em comunicado de imprensa do dia 17 de Novembro de 2013:

“Lamentamos que o Secretário-geral da FRELIMO tenha vindo à cidade da Beira para, ao que parece, coordenar uma estratégia de violência e medo. Só assim se percebe que Paúnde e o candidato da Frelimo à cidade da Beira, sabendo do comício do MDM, tenham propositadamente aparecido e permanecido junto do nosso comício”. (Deviz Simango, 2013).

Esta percepção dominou entre os militantes e apoiantes do MDM que contra-atacaram de seguida, tendo sido alvo a sede do partido Frelimo, onde carros foram queimados e vários membros feridos incluindo o candidato presidencial ao município da Beira pela Frelimo (A Verdade, 2013).

O gráfico 3 que se segue resume a frequência da violência durante a campanha eleitoral por província²⁸ e foi formulada tendo em conta os níveis e cenários de violência apresentados por Strauss e Taylor (2010). Note-se que todas as províncias apresentaram casos de violência eleitoral contudo muitos dos quais não reportados por isso estarem ao nível 1. Houve casos de violência em Nampula e Gaza que tomando em conta os casos de destruição de panfletos, agressões e detenções, a violência situa-se a nível 2. A província de Sofala, Manica e Zambézia são as que maiores casos de mortes e detenções registaram para além de feridos por isso os nível 3.

²⁸ Para mais detalhes sobre os níveis de violência eleitoral a nível dos municípios consultar gráfico 5 na página 48.

Gráfico 2: Níveis de violência eleitoral por província

Fonte: Adaptado pelo autor

Portanto, foi visível durante a campanha eleitoral que o código de conduta assinado pelos participantes do processo nem o código de conduta dos agentes de lei e ordem foi observado, violando assim as deliberações tornadas públicos pela CNE.

16. Votação e apuramento dos resultados

As quartas eleições autárquicas realizadas a 20 de Novembro de 2013, foram marcadas pelo forte protagonismo policial que em alguns municípios (Quelimane, Mocuba e Gurué) dava um espectro de guerra do que um dia meramente eleitoral, isto deveu-se a forte presença policial nas ruas com destaque aos carros blindados da força especial da polícia da República de Moçambique – FIR (CanalMoz, 2013d; Hanlon, 2013i e A Verdade, 2013b).

Foi o dia que maior nível de violência eleitoral registou com subida de casos de morte, detenções e actos intimidatórios. De referir que nesse dia verificou-se logo nas primeiras horas a presença massiva da polícia (de choque) nas ruas e perto dos locais de votação o que causava constrangimento nos eleitores que de certa forma sentiam-se intimidados.

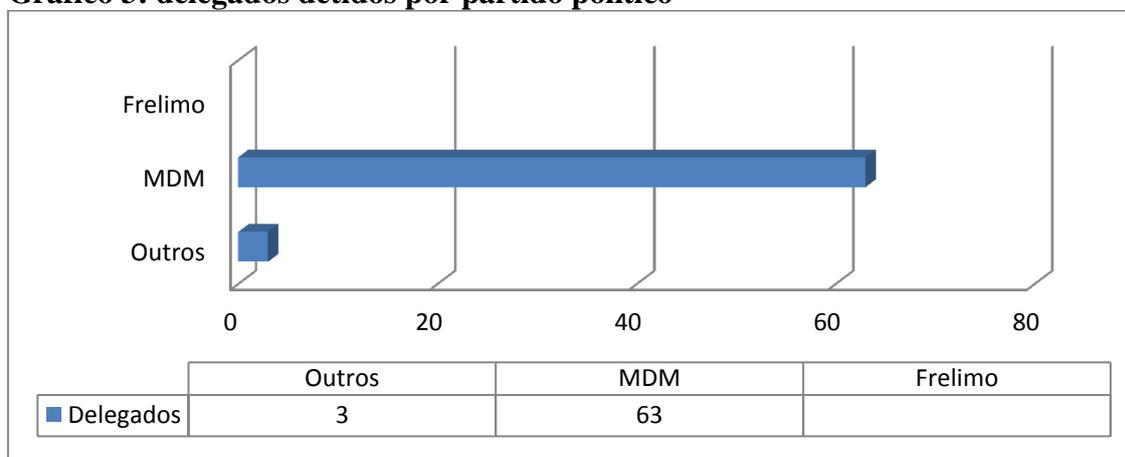
Estas manobras policiais num claro exercício de intimidação ao eleitorado da oposição, comprovam o que muito se tem dito sobre eleições africanas, que muitas das vezes tem intenção clara de evitar a mudança e até reforçar a ordem política estabelecida (Villalon, 1998 citado por Nuvunga 2008).

Para além da intimidação, a detenção de delegados de candidatura marcaram o processo, principalmente no dia da votação. De acordo com art.º 71 da Lei 7/2013, de 22 de Fevereiro, conjugada com o art.º 16 do código de conduta do Mandatário e delegado de candidatura, este goza de imunidade o que implica dizer que:

“Os delegados das candidaturas não podem ser detidos durante o funcionamento da mesa da assembleia de voto, a não ser em flagrante delito por crime punível com pena de prisão superior a dois anos” (art.71.1)

Todavia, contrariando ao previsto na Lei, vários delegados de candidatura foram detidos pela polícia em vários municípios principalmente nos da província de Zambézia, Sofala e Manica e Gaza. Segundo o boletim sobre as eleições autárquicas publicado pelo CIP e Awepa, na vila municipal da Macia 6 delegados do MDM foram detidos, igual número em Chibuto e Nhamatanda. Em Dondo e Gondola o número de delegados detidos disparou para 22. Esse cenário multiplicou-se em quase todos 53 municípios destacando-se a detenção maioritariamente de delegados MDM (Hanlon, 2013i).

Na escola secundária de Chokwé por exemplo, viu-se o contingente policial aumentar ao fim do dia, que de seguida prendeu os delegados de candidatura do MDM enquanto assistiam o processo de contagem dos votos tendo ficado na assembleia o pessoal do STAE e membros da Frelimo (A Verdade, 2013b, Hanlon, 2013i).

Grafico 3: delegados detidos por partido politico

Fonte: Adaptado pelo autor com base nas informações do boletim sobre o Processo Político em Moçambique.

Para além das detenções, houve incidentes que resultaram em óbitos. Na cidade de Quelimane por exemplo, na noite eleitoral registou-se um total de três mortes confirmadas por fontes hospitalares (A Verdade, 2013c). Essas mortes surgem do ataque feito pela FIR na EPC de Icídua onde muitos eleitores se encontravam para supostamente vigiar o seu voto segundo consta das declarações de Custódio Albino ao jornal verdade que dizia:

“Estamos aqui para controlar o voto. Temos medo que a Frelimo inutilize os nossos votos e coloque outros para o seu candidato no lugar dos nossos” (A Verdade, 2013c: p6).

Esse tipo de incidentes multiplicou-se em várias artérias do município de Quelimane, onde cerca de 18 pessoas deram entrada no Hospital Provincial do mesmo nome com várias complicações de saúde devido aos efeitos do gás lacrimogénio. A polícia alega ter usado a força para dispersar a multidão que se encontrava nos postos de votação para vigiar o voto (A Verdade, 2013b, 2013c).

Na Beira, outro jovem dizia ao mesmo jornal (A Verdade, 2013b: p8) *“queremos controlar porque sabemos que aqui há ladrões”*, essa tendência de vigiar o voto que multiplicou-se em vários municípios dando espaço para confrontos entre a polícia e os

apoiantes de partidos políticos surgem por um lado motivado pelo discurso político d MDM. Segundo Manuel de Araújo²⁹, “*quando se leva a esposa para dar parto, o ideal é ficar nas redondezas para ter informação do parto*”. Esse discurso encontra eco na forte desconfiança dos OGE que se manifesta com maior vigor nas regiões historicamente mais favoráveis a oposição.

17. Violência pós-eleitoral

Segundo Strauss e Taylor (2010), a violência pós eleitoral é rara se não existiu a pré-eleitoral e se ocorre, tende a ser mais violenta se existiu a pré-eleitoral. É muitas das vezes protagonizada pelos agentes da lei e ordem na tentativa de reprimir manifestações políticas motivadas pelos resultados eleitorais. No dia seguinte às eleições, Quelimane saiu a rua para festejar pacificamente mas foi violentamente respondida pelas forças policiais afectas a residência do governador da Zambézia quando estes passavam perto da sua residência oficial, o que resultou em um morto e cerca de seis feridos (A Verdade, 2013c).

Ademais, a falta de transparência na votação em Gurué, Sussendenga, onde a Frelimo era acusado de fraude eleitoral fez com que membros e simpatizantes do MDM fossem as ruas protestarem contra os resultados preliminares, tendo sidos respondidos por uma repreensão violenta pela PRM usando balas verdadeiras e gás lacrimogénio o que resultou em 2 óbitos e vários feridos (A Verdade, 2013b). O mesmo verificou-se no município de Mocuba onde alegadamente para deter manifestações ilegais a polícia voltou a usar a força (A Verdade, 2013d).

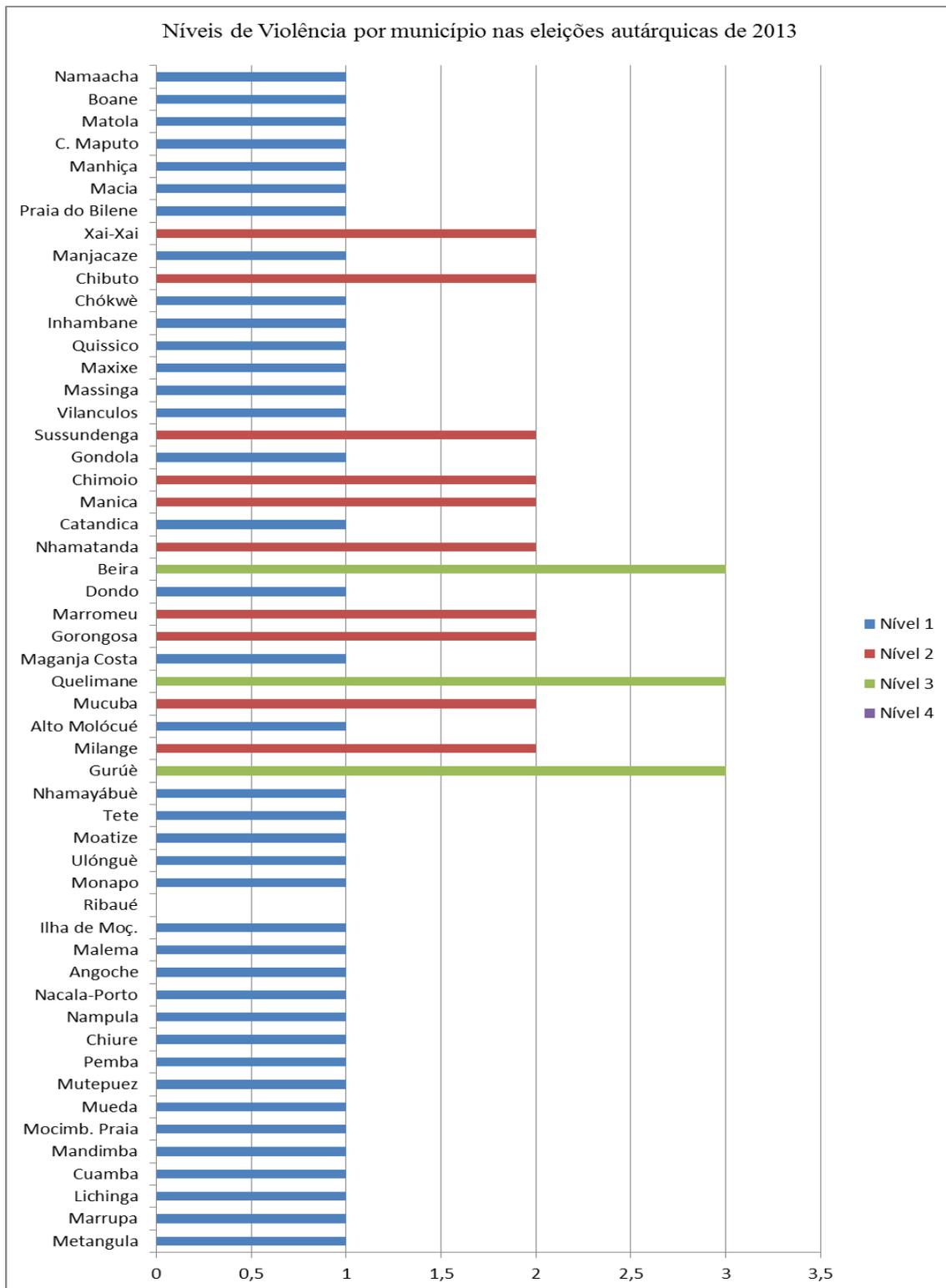
A repressão violenta de manifestações aos resultados eleitorais, foi igualmente verificada nas vilas municipais de Gorongosa e Marromeu na província de Sofala, onde

²⁹ Palavras proferidas por Manuel de Araújo na IV conferência internacional do IESE realizada em Maputo no dia 28 de Agosto de 2014, teriam sido usadas durante a campanha para as eleições autárquicas de 2013 pelos membros do MDM no sentido de incentivarem a vigilância do voto depois da votação.

os membros e simpatizantes do MDM manifestavam pacificamente. Mais uma vez, a polícia respondeu com violência atirando gás lacrimogénio contra os manifestantes alegadamente por não terem autorização para se manifestarem (Noticias, 2013).

No geral, os maiores níveis de violência eleitoral nas três fases do processo eleitoral, verificaram-se nos municípios localizados nas províncias de Nampula, Zambézia, Sofala, Manica e Gaza tal como ilustra o Tabela 2 na página seguinte.

Tabela 2: níveis de violência por município



Fonte: Adaptado pelo autor

18. Considerações finais

O estudo foi desenvolvido com o objectivo de contribuir para uma melhor caracterização da violência eleitoral em Moçambique. Onde ficou claro que a violência eleitoral não resume-se a agressão física ou a decapitação da oposição, inclui também a todo tipo destruição de material de propaganda e qualquer acto de intimidação com motivação eleitoral.

A pesquisa comprovou as hipóteses apresentadas no início trabalho, onde constatou-se que a fraqueza das instituições de gestão eleitoral e a crescente desconfiança em relação a sua imparcialidade, aumenta o risco de ocorrência violência eleitoral. Ademais, a experiencia das eleições autárquicas de 2013, mostra que a actuação das forças de segurança é fruto da politização que o sector tem sofrido desde o período do partido único.

Os cenários de violência registados nas eleições autárquicas indicam que os partidos políticos mais do que se encararem como adversários políticos, vêm-se como inimigos e quanto mais distante do parlamento mais distante da tolerância política. A Frelimo foi o partido que mais acção de violência desencadeou.

Essa intolerância é motivada pela busca incondicional de ganhos eleitorais, o que leva a asfixia das liberdades política através do uso dos meios repressivos do Estado e dos recursos a este associado. Neste sentido, a polícia tem sido usada para asfixiar as liberdades políticas por meio de intimidação, detenções arbitrárias e até repressão violenta de qualquer manifestação política.

Com base nos dados analisados, pode-se concluir que as províncias de Nampula, Zambézia, Sofala e Manica e Gaza, são as que registaram graves casos de violência durante a campanha eleitoral. O dia da votação foi o que conheceu maior grau de violência eleitoral (nível 3), sendo que a polícia muitas das vezes actuo de forma parcial

ao prender delegados de candidatura do MDM, sem mandato para tal, violando os códigos de conduta e a lei que salvaguarda a imunidade do delegado.

Há ainda a destacar a existência de um sentimento de impunidade, principalmente por parte dos membros do partido Frelimo uma vez que medidas duras não são tomadas para punir os actores de violência mesmo que identificados. Isso acontece principalmente em relação aos membros e simpatizantes do partido Frelimo, a polícia e aos órgãos de administração eleitoral.

É evidente que as eleições autárquicas de 2013, realizaram-se num clima de tensão e com todas condições criadas para a eclosão da violência eleitoral. Contudo, a intervenção de vários actores da sociedade civil nacionais e estrangeiros, evitou o pior.

Este estudo pretende ser um contributo para o estudo sobre a temática da violência eleitoral em Moçambique, deixando o desafio de se aprofundar pesquisas sobre o a violência eleitoral, seu impacto sobre os eleitores, uma análise mais aprofundada sobre o perfil dos indivíduos que participam da violência entre outras temáticas que se podem desenvolver dentro do assunto.

De forma geral, a violência eleitoral nas eleições autárquicas de 2013 em Moçambique situou-se a nível dois embora haja províncias que tenham chegado a nível três. Ela manifestou-se muitas vezes em actos de destruição de material de propaganda eleitoral, intimidação, detenções e repressão das manifestações políticas de forma violenta. E se os órgãos de administração eleitoral continuarem sem garantir a incerteza eleitoral e a desconfiança prevalecer a violência eleitoral pode aumentar significativamente.

19.Referências

1. A Verdade, 2009, “*Grupos de choque da Frelimo boicotam campanha da MDM*”, disponível em <http://verdade.co.mz/eleicoes2009/reports/view/185> acessado em 24 de Outubro de 2014.
2. A Verdade, 2013a, “*Munhava a balas e gás*”, 263, sexta-feira, 19 de Novembro de 2013, disponível em <http://www.verdade.co.mz/download/downloadverdade/category/1-edicoes-em-pdf?start=40> acessado em 20 de Outubro de 2014.
3. A Verdade, 2013b, “*policia serve a Frelimo*”, 264, sábado, 23 de Novembro de 2013, disponível em <http://www.verdade.co.mz/download/downloadverdade/category/1-edicoes-em-pdf?start=40> acessado em 20 de Outubro de 2014.
4. A Verdade, 2013c, “*dezoito feridos entre adultos e crianças*”, 21 de Novembro de 2013, disponível em <http://iphone.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/41882-quelimane-nao-e-terra-de-escravos> acessado em 14 de Outubro de 2014.
5. A Verdade, 2013d, “*Firlimo e policia ao serviço ao serviço da Frelimo durante as eleições*”, 28 de Novembro de 2013, disponível em <http://www.verdade.co.mz/destaques/democracia/42057-firlimo-e-policia-ao-servico-da-frelimo-durante-as-eleicoes> acessado em 25 de Novembro de 2014.
6. BEKOE, Dorina, “Postelection political agreements in Togo and Zanzibar. Temporary measures for stopping electoral violence”, in Dorina, Bekoe (org), (2012). *Voting in Fear. Electoral violence in Sub-Saharan Africa*, Washington, USIPP pp.117-144
7. BRATTON, Van de Walle, 1997, “*Democratic Experiments in Africa Regime Transitions in Comparative Perspective*”, Cambridge, Cambridge University Press
8. CAHEN, Michel (2000) “Mozambique: L’instabilité commegouvernance?” *PolitiqueA fricaine* n° 80, pp 111-135

9. CanalMoz, 2013a, “*arranca hoje a campanha eleitoral para as autárquicas*”, nº 1079, 05 de Novembro;
10. CanalMoz, 2013b, “*início da campanha eleitoral: três membros detidos e a polícia a disparar de forma irresponsável é o saldo*”, nº 1080, 06 de Novembro;
11. CanalMoz, 2013c, “*detidos cinco membros do MDM*”, nº 1087, 15 de Novembro.
12. CanalMoz, 2013d, “*fraude, assassinatos, detenções e espancamentos pela polícia marcaram eleições em todo o país*”, nº 1091, 21 de Novembro.
13. CanalMoz, 2013e, “*balanço das eleições autárquicas: observadores destacam actuação violenta da polícia*”, nº 1172, 24 de Março.
14. CISTAC, Gilles, 2012, “*Moçambique: Institucionalização, organização e problemas do poder local*”, paper apresentado nas Jornadas do Direito Municipal Comparado Lusófono em Abril de 2012.
15. COLLIER, Paul, 2010, “*Os Milhões da Pobreza: por que motivos os países mais carenciados do mundo estão a ficar cada vez mais pobres? Qual a verdadeira chave para o seu crescimento?*” Sociedade Editorial Lda., Córdova.
16. Comissão Nacional de eleições, 2013, “*Aprova o código de conduta dos candidatos, partidos, coligações de partidos políticos e grupos de cidadãos eleitores concorrentes às Eleições*”, Deliberação n.º 61/CNE/2013, de 11 de Outubro.
17. Conselho Constitucional, 2014a. “*Validação e proclamação dos resultados das eleições autárquicas de 20 de Novembro de 2013*”, Acórdão nº 04/CC/2014, de 22 de Janeiro.
18. Conselho Constitucional, 2004b. “*Validação e proclamação dos resultados das eleições autárquicas de 19 de Novembro de 2003*”, Acórdão nº 16/CC/04, 14 de Janeiro.
19. CHICHAVA, Sérgio. 2008, “*por uma leitura sócio histórica da etnicidade em Moçambique*”, paper nº 01/2008, IESE.
20. De BRITO, Luís., 2000, “*cartografia eleitoral de Moçambique – 1994*, Maputo, Livraria Universitária;

21. ———, 2011a, “Revisão da legislação eleitoral: algumas propostas para o debate, in Castel-Branco, L. de Brito, S. Chichava, A. Francisco (org.), *Desafios para Moçambique 2011*, Maputo, IESE, pp. 91-107.
22. ———, 2011b, “*Comissão Nacional de Eleições: uma reforma necessária*”, IDeIAS, boletim nº 38, IESE
23. ———, 2013 “Breve Reflexão Sobre Autarquias, Eleições e Democracia” in Castel-Branco, L. de Brito, S. Chichava, A. Francisco (org.), *Desafios para Moçambique 2013*, Maputo, IESE, pp. 23-34.
24. Deviz Simango, 2013, “*comunicado de imprensa*” disponível em <https://www.facebook.com/MDMGabinetedInformacao/posts/252075978275890> Q acedido a 18 de Setembro de 2014.
25. Diário da Zambézia, 2014, “*processo esta no tribunal (há duas semanas) mas o homicida continua solto*”, 09 de Junho de 2014.
26. GLOOR, Anne, 2005, “Electoral conflicts: Conflict triggers and approaches for conflict management – Case study Mozambique: General elections2004”, Peace, Conflict and Development: *An Interdisciplinary Journal*, Vol. 7, July 2005, disponível em <http://www.peacestudiesjournal.org.uk> acedidoem 23 de Julho de 2013.
27. Hanlon, Joseph. 2013a “Sem candidatos: a Renamo firme no seu posicionamento”, *Boletim sobre o processo político em Moçambique eleições– 2*, 17 de Maio de 2013
28. Hanlon, Joseph. 2013b “todas impressoras serão substituídas”, *Boletim sobre o processo político em Moçambique eleições– 07*, 30 de Maio de 2013
29. Hanlon, Joseph. 2013c “*Beira: STAE cria equipa central de supervisão do recenseamento eleitoral*”, *Boletim sobre o processo político em Moçambique eleições – 13*, 16 de Junho de 2013
30. Hanlon, Joseph. 2013d “STAE na Beira esclarece recusa de documentos aceites para registo”, *Boletim sobre o processo político em Moçambique eleições – 14*, 19 de Junho de 2013

31. Hanlon, Joseph. 2013e “85% de eleitores recensearam para votar”, *Boletim sobre o processo político em Moçambique eleições*– 27, 25 de Junho de 2013
32. Hanlon, Joseph. 2013f “abertura da campanha eleitoral”, *Boletim sobre o processo político em Moçambique eleições* – 36, 05 de Novembro de 2013
33. Hanlon, Joseph. 2013g, “temendo represálias: populações de Sussundenga não participam na caravana do MDM”, *Boletim sobre o processo político em Moçambique eleições* – 40, 12 de Novembro de 2013
34. Hanlon, Joseph. 2013h “FIR dispara gás lacrimogéneo num showmício do MDM na Beira e cria pânico”, *Boletim sobre o processo político em Moçambique eleições*– 43, 17 de Novembro de 2013
35. Hanlon, Joseph. 2013i “disparos da polícia e lançamento de gás lacrimogénio”, *Boletim sobre o processo político em Moçambique eleições*- 49, 20 de Novembro de 2013.
36. Hanlon, Joseph. 2013j, “polícia age contra a oposição”, *boletim sobre o processo político em Moçambique*, 54, 23 de Novembro de 2013.
37. KOTZÉ, Dirk, 2002 “*Issues in Conflict Resolution*” in African Journal on conflict Resolution, ACCORD pp: 36-50.
38. LIMONGI, Fernando. (1994), “*O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: a literatura norte-americana recente*”. BIB, 37, pp. 3-38.
39. LIMONGI, Fernando. (2014), “*Revisitando as Eleições do Segundo Reinado: Manipulação, Fraude e Violência*” Lua Nova, São Paulo, 91: 13-51.
40. Lusa, 2013, “*observadores eleitorais escapam a confrontos na Beira*”, de 16 de Novembro, disponível em <http://noticias.sapo.mz/lusa/artigo/16933291.html> acessado em 28 de Setembro de 2014
41. MARTINS, Gilberto De Andrade, (2000), “*Manual Para Elaboração de Monografias e Dissertações*” Editora Atlas, São Paulo.
42. Moçambique vai arder, ameaça Afonso Dlhakama, jornal digital de 04 de Novembro de 2009 disponível em www.jornaldigital.com/noticias.php?noticia=2011

43. MOZAFFAR, S., SCHELDER, A., 2002 “*The Comparative study of Electoral Governance*, (Electoral Governance and Democratization) Vol.23, Janeiro;
44. Notícias, 2013, “*eleições autárquica: PRM aborta manifestações ilegais*”, 22 de Novembro de 2013, disponível em <http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/politica/7067-eleicoes-autarquicas-prm-aborta-manifestacoes-ilegais> acessado a 30 de Setembro de 2014.
45. NUUNGA, Adriano, 2009, “tendências nas eleições municipais de 1998, 2003 e 2008” in Bernard Weimer (org), *Moçambique: descentralizar o centralismo*, Maputo, 2009 pp 281-299
46. Observatório Eleitoral, “*relatório do observatório eleitoral referente ao apuramento paralelo das eleições autárquicas de 2013*” disponível em http://facebook.com/story.php?story_fb主id=849012128459633&id=79156987537193&reid=17 acessado a 07 de Novembro 2014.
47. OSÓRIO, conceição e MUSSA, Edson, “*eleições Autárquicas de 2013: participação e representação de mulheres e homens*”, CIEDIMA, Maputo, 2014
48. OWUOR, Felix Odhiambo “*Democracy Assistance: Spaces For Improvement*” Paper Presented at a Regional Conference: CMI and Makerere University on 30th May to 1st June 2011 at Jinja Uganda PP 1-18, disponível em <http://www.cmi.no/file/?1321> acessado em 23 de Julho de 2014
49. Pereira, João. e Nhanala, Ernesto. 2014 “*As eleições gerais de 2014 em Moçambique: Análise de questões fundamentais*” Afrimap
50. ROSÁRIO, Domingos M., 2011, “descentralização em contexto de partido “dominante”: o caso do município de Nacala-porto” in Brito (org), *Desafios para Moçambique 2011*, Maputo, IESE, 2011, p. 56 – 90.
51. SHENGA, Carlos “Assessing the Democratic Quality of Local Elections in Mozambique” *CPGD Working Paper No. 2*, 2013. Disponível em <http://www.cpgd.org.mz/publications> acessado em 18 de Outubro de 2013

52. SISK, Timothy, “Evaluating Election-Related Violence. Nigeria and Sudan in Comparative perspective”, in Dorina, Bekoe (org), (2012). *Voting in Fear. Electoral violence in Sub-Saharan Africa*, Washington, USIPP pp.39-74
53. SMITH, Lahra, “Disturbance or Massacre? Consequences of Electoral violence in Ethiopia”, in Dorina, Bekoe (org), (2012). *Voting in Fear. Electoral violence in Sub-Saharan Africa*, Washington, USIPP pp.181-208.
54. STRAUS, Scott. and TAYLOR Charlie., “Democratization and electoral violence in sub-Africa. 1990-2008” in Dorina, Bekoe (org), (2012). *Voting in Fear. Electoral violence in Sub-Saharan Africa*, Washington, USIPP.
55. TOYODA, Shin (2012), “*Competitive Elections and Electoral Violence: An Empirical Investigation on Mexican Democratization 1990-2000*”.
56. WANTCHEKON, Leonard “Clientelism and Voting Behavior: Evidence from a Field Experiment in Benin” *World Politics* 55 (April 2003), 399–422

20. Legislação

1. Acórdão nº 01/CC/2014 de 07 de Janeiro;
2. Acórdão nº 4/CC/2014 de 22 de Janeiro;
3. Deliberação nº 61/CNE/2013.
4. Lei nº 2/97, de 28 de Maio;
5. Lei nº 10/97, de 31 de Maio;
6. Lei nº 5/2007,
7. Lei nº 3/2008,
8. Lei nº 11/2013, de 3 de Junho;
9. Lei nº 5/2013, de 22 de Fevereiro;
10. Lei nº 7/2013, de 22 de Fevereiro;
11. Resolução nº 5/2013 de 15 de Março;

Anexo 1: guião de entrevista1**Identificação do entrevistado**

1. Identificação do entrevistado

Nome _____; Nome da instituição _____

Posição que ocupa _____; data __/__/____; local _____

1) Que percepção tem sobre a violência eleitoral em Moçambique?

2) Que avaliação faz do desempenho dos órgãos de administração eleitoral quando lidam com casos de violência.

3) Quem são na sua opinião os principais mentores da violência?

4) Será que a ma actuação das Forças de Lei e Ordem justifica-se pela falta de formação ou conhecimento em matéria eleitoral?

5) As autárquicas de 2013 foram machadas por actos de violência o que tem a dizer?

6) Na sua opinião, a actuação dos órgãos de administração eleitoral e da PRM tem alguma motivação político-partidária? Caso sim, qual?

7) Se conseguiu registar actos de violência durante o processo eleitoral 2013 pode dar algumas evidências?

8) E, o que na sua opinião leva a tais actos?

9) O que pensa que possa ser feito para evitar senários futuros de violência eleitoral?

10) Por fim, que senário se espera para o processo eleitoral em curso?

Anexo 2: guião de entrevista2

2. Identificação do entrevistado

Nome _____; Nome da instituição _____

Posição que ocupa _____; data __/__/____; local _____

3. Questões

- 11) Um dos grandes desafios ao processo eleitoral é de evitar a ocorrência de situações de violência eleitoral. Que medidas tem o CNE/STAE levado a cabo para evitar esse cenário?
- 12) O que pode dizer sobre a ocorrência de violência eleitoral em Moçambique?
- 13) Quem são na sua opinião os principais mentores da violência?
- 14) Será que a ma actuação das Forças de Lei e Ordem justifica-se pela falta de formação ou conhecimento em matéria eleitoral?
- 15) As autárquicas de 2013 foram machadas por actos de violência o que tem a dizer?
- 16) Se conseguiu registar actos de violência durante o processo eleitoral 2013 pode dar algumas evidências?
- 17) E, o que na sua opinião leva a tais actos?
- 18) Que avaliação faz do desempenho dos órgãos de administração eleitoral quando lidam com casos de violência.
- 19) Por fim, o que pensa que possa ser feito para evitar senários futuros de violência eleitoral?

Anexo 3: perfil dos entrevistados

Nome do entrevistado	Instituição	Local	Data
Alfredo Gamito	AR/Frelimo	Na sala das comissões da Assembleia da República	2-9 de Outubro de 2013,
António Chipanga	CNE/Frelimo	No seu escritório nas instalações da CNE	
António Muchanga	Renamo	No complexo pedagógico, Campus universitário UEM	28 de agosto de 2013
Eduardo Namburete	Renamo	Av. Julius Nherere, Maputo	05 de Setembro de 2013
Ivone Soares	Renamo	Troca de correspondências electrónicas	_____
Joseph Hanlon	Académico/ Boletim sobre o processo político em Moçambique	Av. 24 de Julho, Maputo	05 de Outubro de 2014
Luís de Brito	IESE	Instalações do IESE	02 de Setembro de 2014
Manuel de Araújo	MDM	IV conferência de IESE / troca de correspondências	28 de Agosto de 2014
Raul Domingos	PDD	Sede do partido	03 de Setembro de 2014
Venâncio Mondlane	MDM	Av. 25 de Setembro, Maputo	11 de Novembro de 2014